

Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO
F. ALVES DE AZEVEDO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
End. Telegráfica: MINERVA
Telefone 24253
 PROPRIEDADE DA EMPRESA
PORTUGAL COLÓNIAL
NÚMERO 51

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3\$00
 Colónias..... 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18\$00
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA



SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| NOVO MINISTRO DAS COLÓNIAS..... | *** |
| MOÇAMBIQUE E O ALKORÃO | <i>Nunes dos Santos</i> |
| UM ROMANCE DE AVENTURAS NA GUINÉ | *** |
| ELEMENTOS PARA UMA MONOGRAFIA AGRÍCOLA DO DISTRITO DO NIASSA | <i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i> |
| PÁGINA LITERÁRIA — A BILADEIRA DA ÍNDIA | <i>Maria Archer</i> |
| DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE..... | <i>Pierre Bonardi e ***</i> |
| CONSULTÓRIO | *** |
| NO ESTRANGEIRO..... | *** |
| IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS | *** |
| CRÓNICA DO MÊS..... | <i>Henrique Galvão</i> |
| NOTAS DO MÊS..... | *** |
| INFORMAÇÕES, ETC..... | *** |
| ESTATÍSTICA | *** |

Novo Ministro das Colónias

O sr. dr. Armindo Monteiro vai gerir a pasta dos Estrangeiros, sendo substituído nas Colónias pelo Sr. Dr. Ferreira Bossa

DEPOIS de quatro anos e meio de gerência — o mais longo período de direcção dos negócios do Ultramar de há cem anos para cá — deixou a pasta das Colónias o sr. Dr. Armindo Monteiro.

Foi a sua obra muito discutida. Em primeiro lugar porque é uma Obra; em segundo lugar porque não podia deixar de sê-lo neste país de críticos em que os interesses e as paixões dominam as inteligências e raras vezes servem as causas construtivas.

Não vale a pena perorar sobre este pecado. Nós somos assim: Poucos que trabalham, muitos que falam... O resultado é fatal!

Mas vale a pena, como definição da Obra que, apesar-de tudo, je Deus sabe com que dificuldade!, se desenvolveu durante quatro anos que, quer queiram quer não, foram os mais revolucionários e prestigiantes da nossa administração colo-



DR. ARMINDO MONTEIRO

nial no último século—vale a pena pôr em paralelo duas épocas que a Obra separa e deixar às consciências dos justos, se ainda os há, o juízo imparcial sôbre os acontecimentos.

Há quatro anos não havia uma Política Colonial. João Belo mal tivera tempo para definir o seu honrado nacionalismo.



DR. FERREIRA BOSSA

Salazar, numa passagem rápida pelo Ministério das Colónias deixa as grandes directrizes duma Política Imperial. Salvas estas duas excepções que o tempo não consentiu que fôsem mais produtivas, eiam a improvisação administrativa, a mediocridade, a desorientação os pontos fulcrais em que girava o Ministério das Colónias.

Pode dizer-se que nem sequer havia regras.

O mal perseguia-nos desde tempos recuados: Os próprios Andrade Corvo, Sá

da Bandeira e Teixeira de Souza, foram muito mais generosos percursores do que fundidores ou reconstrutores duma política colonial portuguesa. A época em que viveram devorou-os. A sua obra, digna dos heróis do ressurgimento a quem se devem as fronteiras do novo Império, foi utilíssima, generosa, brilhante — mas ninguém, em bôa verdade, a pode filiar numa política definida, com objectivos concretos e seguras directrizes. Foi por assim dizer uma reacção magnífica contra um meio letárgico minado pela decadência.

Hoje temos uma Política Colonial. E não só a temos, definida e clara, como também a compreendemos. Já muita gente nesta terra se sabe mover dentro dela sem constrangimento — e, por via dela, está consideravelmente reduzida a distância enorme que há quatro anos separava a Metrópole das Colónias.

Êste é um facto incontroverso.

Há quatro anos não havia ordem, não havia contas, nem havia regras na Administração Colonial.

Hoje há, seguramente instalados, compreendidos e aceites, uma ordem, contas claras, regras sérias.

Sôbre as colónias pesou e pesa uma crise temerosa. A mesma crise desorganizou outras colónias, de outros países. Em qualquer jornal estrangeiro da especialidade, nós deparamos, como consequências duma crise que não encontrou na política e na Administração defezas bastantes, fundas preocupações acêrca da invasão comunista, da desordem nas almas, da anarquia nos serviços, da impenetrabilidade de muitos problemas.

Estes quatro anos defenderam-nos contra os piores males. E se a uma situação é difícil, apesar dos esforços feitos, quantos têm razão para nos invejar na relativa tranquillidade moral, política e económica em que vivemos!

Há quatro anos o intercâmbio comer-

cial entre a Metrópole e as Colónias era tão insignificante que podia dizer-se, elas só eram nossas porque lá tínhamos um governador e algumas centenas de funcionários.

O caminho percorrido até hoje garantiu à indústria da Metrópole o melhor agente de defesa contra a crise e defendeu as colónias do pior dos desastres económicos. Nem uma nem as outras se teriam aguentado se não melhorasse a situação de há quatro anos.

As etapas desta Obra, guiadas por uma Política igual a si mesma e condicionada pelos altos interesses do Império, são brilhantes. Nunca se trabalhou tanto, com tanto método e seguindo rumos mais definidos: Carta Orgânica, Reforma Administrativa Ultramarina, equilíbrio dos orçamentos, nacionalização económica, Conferências Imperiais, Feiras de Amostras, Exposições, Casas da Metrópole e do Ultramar, etc., etc., são documentos impressionantes e vivos duma actividade que há cem anos se não conhecia, tão acertada, tão diligente, tão puramente filiada nos interesses do Império.

Por estas razões, alinhavadas à pressa, por tantas outras que a memória de todos nós, embora frágil quando é preciso julgar para louvar, a passagem do sr. dr. Armindo Monteiro pela pasta das Colónias é um acontecimento político que a uma História Colonial arquivará em lugar de honra e com as palavras que se devem aos que bem serviram.

Evidentemente, desejariam os críticos que se fizesse em quatro anos o que só em 15 ou 20 poderá levar-se a cabo — e entre outras cousas a transformação de mentalidades destrutivas e maldizentes em agentes de construção.

Mas isso não importa nem diminua o valor da Obra.

Os homens que nada fazem são os que mais exigem.



Substitue o sr. dr. Armindo Monteiro na pasta das Colónias, o sr. dr. Ferreira Bossa, antigo Inspector Geral da Administração Colonial e ultimamente sub-secretário do Estado das Colónias.

O facto de ter sido escolhido para a pasta das Colónias o mais directo colaborador do sr. dr. Armindo Monteiro é a garantia de que a sua política terá um continuador.

Tem o sr. dr. Ferreira Bossa a experiência colonial e as qualidades pessoais necessárias para o alto cargo que vai desempenhar.

Decerto o fará com brilho, o tacto e o talento que dele exigem as complexas questões ultramarinas — e é dever de todos nós, confiar que assim aconteça.

A Ministro cessante, que hoje se encontra à frente doutra pasta por onde correm muitos e graves problemas coloniais, e ao novo Ministro, apresenta a «Portugal Colonial» os seus cumprimentos e votos calorosos de bons serviços à Pátria.

GRALHAS

As gralhas são os parasitas da Imprensa. Umas aparecem que os leitores facilmente corrigem. Outras são malignas — alteram de tal forma o sentido ou o valor demonstrativo das palavras que exigem correção. Entre estas cumpre-nos rectificar uma que apareceu no artigo do nosso ilustre colaborador sr. A. Rozado Quintino, sobre a "Reorganização dos Serviços de Correios e Telégrafos".

No cálculo do pessoal onde o autor tinha escrito X para estabelecer uma incógnita saiu o número 10.

Aqui fica feita a rectificação com as nossas desculpas ao autor e leitores.

Transcrições

O jornal "Voz das Colónias", transcreve o artigo do nosso querido colaborador sr. tenente Mário Costa sobre o Concurso de Literatura Colonial de 1934.

— Também o "União", de Lourenço Marques transcreve uma das últimas "Cartas de Portugal para as Províncias de Além", do nosso ilustre colaborador sr. dr. Agostinho de Campos.

MOÇAMBIQUE E O ALKORÃO

POR NUNES DOS SANTOS

Aluno da E. S. C.

QUANDO, no último quartel do século XV, as naus portuguesas dobraram o morro imponente do Cabo das Tormentas, levavam já a seu bordo o pendão da fé, conduzido por heróicos capelães a quem o mar não impedia o cumprimento da sagrada missão.

Pode portanto dizer-se que, desde o início da obra grandiosa a que Portugal se entregou, o padre foi sempre o devotado companheiro, quer do homem de armas, quer, mais tarde, do pacífico funcionário administrativo.

E assim, de mãos dadas, caminhando a par na estrada longuíssima dos séculos, uns e outros, seculares e religiosos, têm conseguido transformar os núcleos primitivos, insubmissos e ateus, em populações dóceis, crentes e produtivas, como as que hoje habitam os nossos oito territórios de além-mar.

Na realidade, a intervenção directa e permanente do missionário na obra da colonização portuguesa justifica-se plenamente. Em primeiro lugar porque, não possuindo Portugal o quantitativo demográfico necessário a uma ocupação em quantidade, tinha fatalmente de recorrer a meios eficazes e susceptíveis de substituir com vantagem essa deficiência que, afinal, só nos podia prejudicar. Em segundo lugar porque, embora trabalhando em cumprimento de disposições legais dadas por uma excepcional clarividência do futuro, os funcionários administrativos e, de uma forma genérica, todos os pioneiros que à causa religiosa não podiam dedicar-se, estavam impossibilitados de exercer junto do indígena acção que, sondando-lhe a alma, moldando-lhe o carácter e creando nêle uma mentalidade mais perfeita, iria facilitar grandemente a assimilação dos princípios que sempre procurámos inculcar-lhes.

De forma alguma pretendemos, com esta afirmação, denegrir ou amesquinhar a soma de esforços profícuos e de obras realizadas por centenas de modestos construtores do nosso Império Ultramarino.

Não pensávamos assim quando, nos bancos das escolas, ouviamos a narração dos feitos de outrora e, muito menos podíamos sentir agora, depois de havermos labutado nas plagas africanas, ao lado de restos gloriosos das campanhas de Mousinho. A êsses modestos obreiros, devem as modernas gerações prestar as homenagens devidas a quem, insensível à febre, indiferente aos perigos e confiados nos destinos de Portugal, tão bem soube honrar o nome do torrão que lhe deu a vida.

Não. Queremos apenas, no decorrer destas breves considerações, acentuar mais uma vez o que sempre fizeram e, sobretudo, o que hão-de fazer, os venerandos sacerdotes missionários.

Desejamos tão somente indicar às corporações que hoje se encaminham para o continente negro, um pedaço de terra portuguesa onde, infelizmente, a falta da missão se faz sentir por uma forma notória.

Referimo-nos ao norte da Colónia de Moçambique.

Com efeito, enquanto no sul, até à Beira, catequisam vários núcleos apostólicos, nos distritos de Moçambique e Cabo Delgado, a incultura indígena acha-se — sob o ponto de vista religioso —, perfeitamente entregue à influência perniciosa de prégadores de outras crenças.

Afastados da capital, longe portanto dos maiores centros populacionais, onde a acção civilizadora se exerce quasi automaticamente, os *macuas*, os *makondes*, os *ajáuos* e outros povos locais, encontram-se submetidos a condições bem diferentes das que, no resto da Colónia, são impostas aos nativos.

Ali, vai a pouco e pouco desenvolvendo-se, espalhando-se, e criando raízes profundas, a fé no Alkorão, inoculada subtilmente por indígenas que, muitas vezes, não hesitam em receber do Governo Português o salário rio atribuído aos bons servidores.

É fácil nessas regiões incultas, escondidas no mato, situadas longe das estradas e das povoações, manter e fomentar tôscas mesqui-

tas, onde as almas boçais dos negros vão beber as gôtas de uma fé que, se em princípio não é hostil a Portugal, pode contudo conduzir a perniciosas ideologias de internacionalismo.

Se a frágil consistência do animismo-feitismo não é de molde a criar abismos entre negros e brancos, o islamismo, pelo contrário, dada a superioridade relativa de muitos dos seus princípios, de forma alguma contribuirá para levantar em bases sólidas a unidade tão necessária ao desenvolvimento do Império Português.

É evidente que nem só a crença faz a união. Mas se nos lembrarmos de que no espírito dos nativos não existe ainda a noção exacta e precisa dos seus interesses económicos, vemos claramente quanto a fé pode auxiliar a obra do conjunto.

Necessário se torna portanto olhar com atenção o que se passa no norte de Moçambique e procurar contrabater a influência musulmana. E essa missão, sem dúvida delicada, compete, mais do que a ninguém, ao clero português.

Disse Leroy Beaulieu e sabem-no todos os coloniais que *nos países onde exista já uma crença — sobretudo se ela pertencer às religiões superiores —, a presença dos apóstolos de outra fé só pode criar atilhos e revoltas.*

E para que, em face d'este princípio, descabido não possa parecer o nosso desejo, acrescentaremos apenas que em Moçambique e no Niassa não está propriamente organizada a igreja mussulmana.

Encontramo-nos simplesmente em face de uma perspectiva futura, tanto mais para temer, quanto menor fôr o trabalho ali exercido pelos missionários católicos portugueses.

De resto, a experiência de muitos séculos tem mostrado sobejamente quanto valem êsses obscuros obreiros da alma imperial.

Perto da porta ou no cabo do mundo, êles soberam sempre proceder com uma admirável intuição das realidades, ora limitando-se a ensinar os rudimentos língua pátria, ora — quando as circunstâncias o permitiam —, semeando no terreno bravio de rústicas crenças, o gérmen fecundo de uma religião superior. Estamos portanto convencidos de que, erguendo no Niassa e em Moçambique as cruces modestas dos seus templos, as congregações católicas portuguesas prestarão ao País e à Raça um serviço a todos os títulos nobilitante e digno de louvores.

UM ROMANCE DE AVENTURAS NA GUINÉ

OU

O negócio frustrado dum grande jornal parisiense

«Essor Colonial et Maritime» em artigo de André L'Herriot, a quem as cousas portuguesas merecem sempre especial simpatia refere-se à história fantástica do desaparecimento do aparelho francês pilotado pelo aviador Gatté na Guiné portuguesa.

Em volta do assunto fez-se um folhetim à maneira antiga — idiota na concepção e suspeito nos objectivos. A história não podia durar, evidentemente, e o caso começa a enterrar-se no ridículo que trouxe do berço.

Diz André L'Herriot:

«Os nossos leitores lembram-se naturalmente dos factos relatados pela imprensa quotidiana. Nunca quizemos fazer-mos éco d'esses artigos que nos pareciam bastante fantasistas. Dizia-se que os aviadores franceses tinham sido vistos a internar-se por cima do território da Guiné portuguesa onde teriam caído, sido prêsos e devorados pelos indígenas Felupes — ou, segundo outra tese, presos e sequestrados pelos agentes duma sociedade alemã estabelecida em território português a qual se occupava de espionagem, criação de bases submarinas, etc.

«Êstes artigos tinham nitidamente um carácter anti-português. Eram insultantes; as acusações eram precisas, detalhadas, porque se devia acreditar forçosamente nas asserções dum correspondente do grande quotidiano em que estes «estudos» apareciam assinados.

«Os governos coloniais foram postos alerta e foi creada uma comissão mixta, franco-portuguesa, encarregada de proceder a um rigo-roso inquérito local.

«Os resultados das investigações não deram nada quanto às circunstâncias da morte dos aviadores franceses, mas revelaram, pelo contrário, alguns actos muito exquisitos da parte do jornalista francês e dos seus comparsas.

As asserções sobre as quais se baseavam para acreditar no vôo sobre território português, emanam dum cidadão francês negro.

(Conclue na pág. 27)

Elementos para uma monografia agrícola do Distrito do Niassa

(Estudo destinado à Exposição Colonial do Pôrto)

POR ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

(Agrónomo do mesmo Distrito)

(CONCLUSÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

7. Fauna A fauna do Niassa possui numerosos representantes das mais variadas famílias e como tal o seu estudo merece a atenção dos naturalistas.

O distrito, sob o aspecto zoo-geográfico, pertence à *provincia* ou *sub-região oriental-central* da grande *região Etiópica*. Esta região abrange a África tropical, a África austral e a Arábia tropical. A provincia central difere da ocidental e da oriental, por não possuir determinadas espécies comuns nestas últimas, especialmente os macacos antropóides da África ocidental-equatorial, certos antílopes, etc., e tem muitas afinidades com a provincia austral, da qual se distingue também por não possuir certas espécies, como por exemplo o lince, a zebra de montanha, o lobo (Proteles), etc.

Vejamos em breves palavras quais são as espécies características.

Mamíferos

Dos *primatas* há os símios, dos quais os mais vulgares são o macaco cinzento (*Papio pruinosa*) e o macaco amarelo (*Cynocephalus*), que fazem grandes estragos nas culturas.

Dos *carnívoros* há um grande número de representantes. Os mais abundantes são os *felinos*: o leão (*Felis leo*), que aparece de preferência nos sítios onde existe caça, o leopardo (*F. pardus*) e o gato bravo (*F. caffra*).

Dos *viverrídeos* é comum o *mangusso* (*Herpessichneumon*), animal facilmente domesticável e muito útil ao homem por destruir cobras, ratos e outros animais nocivos.

Dos *canídeos* são vulgares a raposa, o chacal (*Canis cerdo*), que anda quasi sempre em grupos, e a lontra (*Lutra*) que aparece em vá-

rios rios e no lago Niassa, e que o indígena costuma caçar para aproveitar a pele.

Dos *hienídeos* é extremamente comum a hiena malhada, *Hyaena crocuta*, que se encontra por toda a África tropical.

Dos *cheiropteros* cita-se uma grande abundância de morcegos, representados principalmente pelos géneros *Xantharhia* e *Epomorphus*, como sucede no vizinho território da Niassaland.

Dos *roedores* os mais vulgares são a lebre (*Lepus*), que se encontra por toda a parte, e o rato (*Mus*), que existe em quasi todas as habitações e também no campo.

Dos *perissodactylos* há a zebra (*Equus zebra*), que vive geralmente em grande grupos na zona das planícies. O rinoceronte (*Rhinoceros*) aparece nas proximidades do Rovuma e nas baixas da Amaramba, perto do lago do mesmo nome.

Dos *artiodactylos* há os suídios e uma grande variedade de ruminantes. Os suídios têm como representantes o hipopótamo (*Hippopotamus*), que aparece com frequência nos rios de maior caudal e nos lagos Niassa e Amaramba, o porco da savana (*Phacochoerus*), muito abundante e grande destruidor das culturas, e o porco do mato (*Potamochoerus*), que vive sobretudo na zona montanhosa. O porco doméstico (*Sus*) é criado pelos europeus que residem no distrito.

Entre os *ruminantes* a maior variedade é a dos *Cervídeos*, sendo conhecidos numerosos antílopes, como o antílope comum (*Cephalophus*), e a cabra do mato (*Cervicapra*), o antílope equino ou *impala* (*Aepiceros melampus*) e o *mbalapi* (*Hippotragus equinus*). Os cervídeos encontram-se sobretudo nas grandes planícies da Amaramba. Entre os ruminantes *cavicornes* contam-se o búfalo (*Bubalus caffer*), que se acha disseminado por

tôda a África tropical e procura mais as planícies do que as regiões montanhosas, outros bovídeos que os caçadores perseguem constantemente devido à sua boa carne, principalmente dois, o *elandi* (*Tragelaphus*) e o *kudo* (*Strepticerus*). O boi doméstico é criado pelos indígenas, especialmente os nyanjas.

Dos *proboscídeos* existe o elefante africano (*Elephas africanus*), mais ou menos comum por tôda a África tropical. Aparece quasi exclusivamente na zona das planícies, em especial nas terras de Lipuchi e Amaramba, e em Macaloge e Mitomone. É perigoso para os viajantes e faz grandes estragos nas culturas. A sua caça é actualmente livre neste distrito.

Aves

A avi-fauna do Niassa é também muito variada e abundante. As aves mais características são as seguintes:

Dos *pássaros*, o pardal (*Passer diffusus*), vulgar por tôda a África, e a andorinha (*Hirundo*).

Dos *rapaces*, entre os diurnos o falcão pequeno (*Falco*), e o abutre (*Neophron*) e a águia guerreira (*Spizaetus bellicosus*) e entre os noturnos a *coruja*.

Dos *trepadores* o cuco (*Centropus*).

Dos *colombinos*, um grande número de variedades de pombos (*Columba*), vulgares nas regiões mais habitadas.

Dos *galináceos* encontram-se com muita frequência, sobretudo nos sítios onde domina a floresta, a perdiz (*Perdix*) e a galinha do mato (*Numida*). A galinha doméstica (*Gallus*) existe em tôdas as povoações indígenas e residências de europeus.

Reptis

Dos *saurios* são frequentes o lagarto vulgar (*Agama colonnarum*) e o camaleão (*Chamaeleo*), de que há pelo menos duas espécies, sendo uma de dimensões muito maiores do que a outra.

Dos *ophídeos* há um elevado número de espécies de cobra, das quais as mais vulgares são a *mamba* ou *cobra preta* (*Dendraspis*), a *lipiti* (*Bitis arietans*), cobra grossa e curta que tem uma pele variegada muito bonita, e ambas extremamente venenosas; e uma cobra pequena que vive geralmente debaixo da terra, provavelmente um *Tiphlopídeo* (*Causus*?) que parece não ser venenosa.

Dos *chelonios* aparecem com frequência, principalmente nos sítios pantanosos, o cágado e a tartaruga (*Testude*), esta última nos lagos Niassa e Amaramba.

Dos *crocodilianos* é duma extrema abundância o *jacaré* (*Crocodilus vulgaris*), que habita todos os rios e lagos de água doce da África tropical.

Peixes

As águas internas do distrito do Niassa são ricas em peixes. Além do vulgar bagre (*Clearias*) que vive na maior parte das águas lodosas, há muitos outros géneros interessantes. As águas do lago Niassa são muito piscosas. Os géneros mais abundantes do lago são: *Chromis*, *Hemichromis*, *Oreochromis*, *Engranlicypris*, *Docimodus* e *Corematodus*. A indústria da pesca no lago Niassa pode vir a ser de grande futuro, se fôr bem orientada.

Insectos

A fauna entomológica é de uma variedade extraordinária. Como é de supôr, predominam os coleopteros. Não é fácil indicar as espécies entomológicas características, tão grande é o seu número e a sua diversidade. Apenas é possível, neste breve estudo, fazer referência a certos insectos úteis, como por exemplo as abelhas (*Apiées*; *Megachile*), que produzem uma das maiores riquezas do distrito — a cêra e o mel —, e insectos nocivos, como as termites ou muchem, a *mosca tzé-tzé* (*Glossina*), que constitui um dos maiores flagelos destas terras, e os gafanhotos (*Locusta* e outros), que de anos a anos invadem o distrito fazendo grandes estragos nas culturas. No lago Niassa é endémica uma espécie minúscula, um Ephemérideo do género *Coenis*, denominado pelos indígenas *Kungu*, que deposita os ovos nas águas do lago, e forma, quando nasce, verdadeiras nuvens. A vida destes insectos é curta, de alguns dias apenas.

Outros animais inferiores há dignos de menção tais como o caracol (*Helix*), vários *aracnídeos* como a aranha peluda (*Mygale*), as carraças, etc.

8. Raças indígenas

Os povos indígenas do distrito do Niassa pertencem ao grupo Bantu, quer física quer lin-

guisticamente, embora algumas tribus apresentem sinais de cruzamento com os Hottentotes-Bushmen. Os Angonis, que vivem nos mesmos territórios das outras tribus são Zulos e descendem das hordas invasoras que assolaram o Niassa há cerca de um século.

As tribus que habitam o distrito são as seguintes:

A-nyanja ou *Ma-nyanja* (povo do lago) — Constitue um importante grupo Bantu e compreende várias sub-tribus, das quais sobressai a dos Nyanjas propriamente ditos, que habitam a costa sul e leste do lago Niassa, a região do lago Chirúa e parte do território de Mecanhelas, ao sul do distrito. Os Nyanjas professam na sua maior parte a religião musulmana, e os que estão sob a influência dos missionários ingleses seguem a religião cristã.

Os Nyanjas da margem do lago são bons marinheiros e bons pescadores.

Yaos ou *Ayaos* — O solar desta tribo parece ter sido a serra Ayua. Os Yaos formam uma tribo inteligente, trabalhadora e vigorosa.

Nos séculos XVIII e XIX, sob a influência dos arabes, invadiram as terras dos Nyanjas, fazendo grandes devastações e aprisionando muitos escravos. Na sua quasi totalidade professam o islamismo. O dialeto Yao é muito particular, constituindo, segundo as pessoas que o conhecem bem, uma verdadeira lingua derivada do Suahili escrita em caracteres arabes.

Os Yaos tem a sua história, que um missionário inglês conseguiu, há anos, compilar.

Além dos Yaos propriamente ditos, que habitam as terras situadas ao Norte do rio Luatise, há duas sub-tribus: a dos *Matchingas* que vivem nas terras compreendidas entre o rio Luatise e Metonia, e a dos *Massaningas*, que se estendem para o sul até Mandimba.

Macúas — Os macúas têm o seu solar na região litoral desde Quelimane até ao Róvuma, estendendo-se pelo interior do distrito de Moçambique e penetrando no distrito do Niassa pelas terras de Amaramba. São muito trabalhadores mas não têm a vivacidade de intelligência de Yaos. Habitam as terras situadas a leste do rio Lugenda. Na sua maior parte professam o islamismo.

Angonis ou *Aba-ngonis* — Os angonis formam, como disse, uma tribo da raça zulu oriunda, portanto, da África Austral. De índole acentuadamente guerreira, saíram da sua pátria provavelmente nos fins do século XVIII,

tiveram grandes lutas com os povos cujos territórios invadiram e passaram o Zambeze para o norte no primeiro quartel do século XIX, em 1825, segundo se presume. Percorreram parte do actual território de Tanganyika, donde vieram para o Niassa portugueses. Os Yaos foram muito perseguidos pelos angonis, tendo havido grandes lutas entre as duas tribus. Ainda hoje, nas terras dos Yaos, não é difícil encontrar núcleos de arvoredos respeitadas pelos habitantes — cemitérios onde estão enterrados os seus antepassados mortos nas lutas com os angonis. Entre os Vaos e os angonis há uma rivalidade profunda, não se dando o cruzamento.

Os angonis são activos, ousados e inteligentes. Professam quasi todos a religião musulmana.

Habitam sobretudo as terras dos macúas e um pouco a dos Yaos, mas sempre em povoações próprias. Na margem do Lugenda e na fronteira do distrito de Quelimane tambem existem alguns angonis.

Além destas tribus tambem há no distrito do Niassa alguns indigenas lomués, que habitam as terras de Mecanhelas, e anguros, dispersos nas terras dos Yaos e dos macúas.

A cor dos indigenas das tribus citadas é mais ou menos idêntica, devendo estar incluída no n.º 3 da escala de Topinard. Os casos de xantheísmo são raros e mais raros ainda os de albinismo. As cores mais claras aparecem com maior frequência entre os nyanjas, devido talvez a cruzamentos com as populações primitivas Bushmen-Hottentotes.

Cada uma das tribus tem o seu tipo particular de fisionomia que a distingue das outras.

À excepção dos macúas, todos os indigenas vivem em povoações nas proximidades das quais fazem as suas culturas. O macúa vive isolado; a sua residência é no campo de cultura, e tem tantos campos de cultura quantas as mulheres que possui. Os casais ou residências dos macúas são, por vezes, muito próximos uns dos outros, mas nunca chegam a formar povoações.

Em todas as tribus, especialmente entre os indigenas que professam o islamismo a mulher está reduzida à condição de escrava, sendo considerada, por assim dizer, um animal destinado à procreação e ao trabalho.

O censo da população indigena de 1933 deu os números da tabela junta:

Divisão administrativa

| | SEXO MASCULINO | | | SEXO FEMININO | | | Total por Circunscricões |
|----------------------------------|----------------|----------|--------|---------------|----------|--------|--------------------------|
| | Adultos | Creanças | Total | Adultos | Creanças | Total | |
| Circunscricão de Amaramba | | | | | | | |
| Sede | 5.572 | 3.913 | 9.485 | 7.324 | 3.874 | 11.198 | |
| Pôsto de Macanhelas..... | 4.109 | 1.931 | 6.040 | 5.435 | 1.949 | 7.384 | |
| Pôsto de Mahúa..... | 6.349 | 3.791 | 10.140 | 8.266 | 3.704 | 11.970 | |
| | 16.030 | 9.635 | 25.665 | 21.025 | 9.527 | 30.552 | 56.217 |
| Circunscricão do Lago | | | | | | | |
| Sede | 4.165 | 3.555 | 7.720 | 6.614 | 3.479 | 10.063 | |
| Pôsto do Coboé..... | 3.739 | 1.997 | 5.736 | 5.107 | 1.837 | 6.944 | |
| Pôsto de Unango..... | 1.584 | 994 | 2.578 | 2.499 | 1.029 | 3.528 | |
| Pôsto de Macaloge..... | 753 | 575 | 1.328 | 1.032 | 525 | 1.557 | |
| | 10.241 | 7.121 | 17.362 | 15.252 | 6.870 | 22.122 | 39.454 |
| Circunscricão de Metonia | | | | | | | |
| Sede | 5.658 | 3.698 | 9.356 | 7.326 | 3.924 | 11.250 | |
| Pôsto de Mandimba..... | 2.820 | 1.261 | 4.081 | 3.576 | 1.210 | 6.776 | |
| Pôsto de Catur..... | 4.566 | 1.965 | 6.531 | 5.580 | 2.058 | 7.638 | |
| | 13.044 | 6.924 | 19.968 | 18.482 | 7.192 | 25.674 | 45.632 |
| Circunscricão de Metarica | | | | | | | |
| Sede | 2.766 | 1.089 | 3.855 | 3.628 | 1.114 | 4.742 | |
| Pôsto de Muembe | 1.423 | 1.070 | 2.494 | 2.080 | 980 | 3.060 | |
| Pôsto de Lucinge..... | 1.133 | 793 | 1.926 | 1.554 | 774 | 2.328 | |
| Pôsto de Mecula..... | 1.119 | 1.047 | 2.166 | 5.695 | 2.014 | 3.699 | |
| | 6.441 | 4.000 | 10.441 | 12.957 | 4.882 | 13.829 | 24.270 |
| | | | | | | | 165.270 |

PERCENTAGENS SEGUNDO AS RAÇAS:

| | |
|-------------------------|-----|
| Nyanjas..... | 25% |
| Ayaos..... | 42% |
| Macuas..... | 30% |
| Angonis e diversos..... | 5% |

9. Agricultura

A produção agrícola do Niassa é quasi exclusivamente indígena visto que a propriedade rústica dos europeus com excepção, de duas plantações de algodão, uma em Mandiba e outra no Lurio, se reduzem a pequenas hortas para consumo pessoal. Contudo, não há muitos anos ainda, uns dez talvez, havia numerosas plantações de algodão nas terras de Cuamba e Macanhelas, bem como também de tabaco em Cuamba e Madimba. Na circunscricão do Lago, próximo de Metangula, e em Maniamba, também houve plantações de algodão. Dessas plantações, obra de aventuras agrícolas nada

mais resta do que as ruínas das edificações.

A cultura indígena é pouco variada; no entanto há um elevado número de plantas cultivadas entre as quais sobressaem as leguminosas. O sistema de preparação do solo uzado pelos indígenas é o chamado *de culturas móveis*, comum a todos os povos atrazados. O indígena destrói a floresta deixando ficar de pé os restos das árvores, cultivando o terreno durante três ou quatro anos. Quando a fertilidade começa a diminuir, abandona-o e vai derrubar nova floresta para preparar novo campo. Este sistema é, portanto, prejudicial ao revestimento florestal da região.

Os macúas mudam de terreno e de pa-

lhota; os Yaos mudam de terreno, mas conservam a povoação e só quando não encontram nas proximidades mais terrenos disponíveis é que abandonam a povoação. No fundo, a vida destas tribus é uma vida nómada que só pode terminar no dia em que começar a ser praticada a adubação das terras.

O indígena não uza sequer o adubo de curral, pois a criação do gado é o que há de mais primitivo. Os currais são recintos vedados por paliçadas de paus, geralmente cobertas de capim, onde o gado dorme atolado em lama e excrementos. Por outro lado, a existência da mósca tzé-tzé em toda a parte não permite o desenvolvimento da indústria pecuária. Não se pode portanto pensar em desenvolver a criação dos gados, tão necessária sob vários aspectos sem se proceder previamente à extinção da mósca tzé-tzé.

Os terrenos de cultura são de dois tipos: os húmidos e os secos. Nos húmidos praticam-se as culturas durante a estação seca; secos durante a estação pluviosa.

Nas terras altas ou secas cultiva-se de preferência milho, batata doce, mandioca, amendoim, mapira e um pouco feijão. Nas terras húmidas cultiva-se arroz, feijão e algumas das culturas já citadas. Os únicos instrumentos de cultura são a enxada genética e o machadinho, com o qual os indígenas destroem a floresta.

Os Yaos fazem pequenas palhotas nas machambas afim de as poderem guardar dos porcos bravos e de várias depredações, aproveitando, em geral, para esse fim os morros de termites. Os Yaos gostam mais do arvoredo do que os macúas, e deixam sempre algumas árvores úteis ou de sombra nas machambas; os macúas destroem a floresta por completo.

Os macúas cultivam mais que os Yaos em quantidade mas menos em qualidade.

Os Yaos cultivam de preferência milho, mapira, feijão de várias espécies, mandioca nos terrenos onde há areia, abóbora, batata doce, batata europeia e usange (*Eleusine coracana*) entre o milho.

Cultivam pouco a mandioca, excepto nas terras onde o milho não produz bem, como sucede por exemplo nalgumas regiões próximo do Rovuma, amendoim e djama (*Voandzeia subterranea*), e não cultivam o gergelim. Em geral semeiam tudo misturado.

Nos terrenos húmidos semeiam arroz, abó-

bora, pepino, tomate, etc. Apreciam muito a bananeira, que cultivam junto das povoações distinguindo-se estas das dos outros povos pelo grande número de bananeiras que têm à volta. Os Yaos fazem culturas relativamente pequenas porque se dedicam à caça.

Os nyanjas do lago Niassa também cultivam pouco porque vivem especialmente da pesca.

Os macúas semeiam em geral em cultura extrema. Cultivam de preferência milho, feijão, batata doce, mandioca, mapira e um mexoeira.

A superfície de cultura preparada pelos macúas é em média de 1 a 1,5 hectare por cada homem; entre os Yaos é de 1 hectare.

Quanto a plantas económicas exóticas as mais importantes são café, trigo e diversas árvores de fruto quer dos países temperados quer dos tropicais, cultivadas na missão católica de Massangule e nos quintais de vários europeus do tempo da Companhia do Niassa, especialmente em Cuamba e Mandimba.

Actualmente está sendo renovada a cultura do algodão na margem do rio Lurio e nos arredores de Mandimba, havendo numerosos indígenas que a praticam bem como também dois agricultores europeus.

Entre as plantas cultivadas que não constituem objecto de cultura propriamente dita contam-se a mangueira e o cajueiro, que aparecem com frequência junto das povoações da zona das planícies, e a sumauma (*Bombax sp.*), com que os antigos chefes dos concelhos e dos postos arborisavam as estradas próximo das sedes.

10. Florestas Como disse, ao tratar da flora, as florestas do distrito do Niassa são de dois tipos ecológicos: a dos meios secos, ou xerofila, e a dos meios húmidos, ou higrofila. Na floresta xerofila há ainda a distinguir dois sub-tipos: o da zona das planícies e o da zona montanhosa. No primeiro destes sub-tipos aparecem certas espécies de região litoral como, por exemplo, baobab, tamarindeiro e palmeira de leque (*Borassus flabelliformis*), além do cajueiro, mangueira e sumauma, plantas cultivadas que encontram nessa zona um habitat apropriado. Na zona montanhosa apenas se encontra a mangueira e mesmo assim rara e de pequeno porte. Os povoamentos dos meios secos, também conhecidos pelo nome de floresta aberta, possuem numerosas

essências produtoras de boa madeira, taninosas e melíferas.

Na margem do lago Niassa a floresta primitiva está bastante devastada pela acção do homem; todavia, ainda se veem grandes exemplares de baobab, *Acácia albida*, *Sterculia sp.* etc.

A floresta aberta, tanto na zona montanhosa como na zona das planícies, também se encontra bastante dizimada, em virtude da preparação de terrenos para culturas. Vista dos pontos altos, a área florestal apresenta-se reduzida a metade, ou menos, da área primitiva. Isto é grave, pois que na zona montanhosa tem a sua origem os numerosos rios e tributários das bacias do Rovuma, do lago Niassa e do Lugenda, cujo aspecto torrencial devido à desarborização, dia a dia mais se acentua. O problema do desenvolvimento económico dêste distrito é essencialmente um problema de hidráulica agrícola, e êste, por sua vez, só pode ser resolvido mercê da execução de trabalhos de arborização bem delimitados.

Uma das medidas mais urgentes a tomar é a protecção das galerias florestais, que o indígena destrói sem piedade e que os europeus exploram sem método e sem a menor preocupação com o futuro repovoamento. Nas galerias florestais encontram-se as melhores essências produtoras de madeira especialmente a *mubáua* (*Khaxasenegalensis*).

Devido à sua composição heterogénea e à grande dispersão das boas essências, a exploração das madeiras e outros produtos florestais não é económica. As madeiras mais utilizadas nas construções e mobiliário são *mubáua* e *mulomboé*, (*Pterocarpus erinaceus*).

Impõe-se o trabalho de repovoamento metódico com estas e outras espécies utilizando-se de preferência os logares de antigas culturas indígenas.

Quanto a essência exótica existem em cultura na missão de Massangulo e em Maniamba, sede da circunscrição do Lago, várias coníferas, especialmente casuarianas e cupressos, eucaliptos e outras espécies as quais mostram vegetar bem na zona montanhosa e poder representar um importante papel nos futuros repovoamentos.

II. Vias de comunicação O distrito do Niassa está ligado ao litoral por duas estradas principais: a de

Pôrto Amélia e a de Moçambique. Dentro do distrito existem as seguintes estradas:

1. Rio Lurio-Cuamba-Mandimba-Vila Cabral-Metangula, 472 quilómetros.
2. Cuamba-Mahua-Limite do distrito do C. Delgado, 206 quilómetros.
3. Cuamba-Mecanhelas, 94 quilómetros.
4. Massangulo-Catur-Litundo (em bom estado), 30 quilómetros.
5. Vila Cabral-Litunde, 85 quilómetros.
6. Pôsto de Unango-Missão Portuguesa de St.º António, 42 quilómetros.
7. Pôsto de Unango-Vila Cabral, 40 quilómetros.
8. Pôsto de Unango-Fornos de Cal, 30 quilómetros.
9. Fornos de Cal-Estrada do Lago, 30 quilómetros.

Uma simples observação do conjunto das estradas mostra-nos que estas se localizam mais ou menos ao longo da fronteira da Nyassaland sent servir, como seria natural, as regiões centrais do distrito, que são, de resto as mais ricas. A estrada actual do Lurio e Mandimba atravessa uma região pobre, alagável durante as chuvas em grande extensão, com largas manchas de areia solta, em fim uma região quente e insalubre — a Amaramba.

Desde que não se faça o pôrto de Nacala, o pôrto natural e mais próximo do Niassa é Pôrto Amélia. Se o tráfego do Niassa fôsse feito por Pôrto Amélia, muito ganharia o distrito de Cabo Delgado, que actualmente se encontra por assim dizer isolado, devido à passagem forçada e sem dúvida anti-económica pelo distrito de Moçambique.

A ligação do Pôsto de Mahúa com Litunde, ao todo cerca de 150 quilómetros, em parte já feita, é um trabalho indispensável que, uma vez realizado, virá trazer ao alto Niassa um grande desenvolvimento económico.

Vila Cabral, Abril de 1935.

• • • • •

Capitão Alvaro Afonso dos Santos

Continua exercendo as funções de chefe de gabinete do Ministério das Colónias o capitão sr. Álvaro Afonso dos Santos que tão proficientemente exercia o mesmo cargo durante a gerência do sr. dr. Armindo Monteiro.



Página literária

A senhora dona Propercía Correia Afonso

de Figueiredo é uma ilustre escritora hindu, bramanhe de carta — o sangue indiano de maior nobreza. A convite do Governo Geral da Índia escreveu o livro intitulado «A Mulher na Índia Portuguesa», obra

de subido mérito que a coloca na resumida fileira das mulheres de letras que disputam aos homens palmas e louros. Porque li esse livro assoberbei-me no desejo de esboçar alguns traços da vida da bailadeira sagrada, monstruosa aberração dessa Índia pletórica de monstros, para a mostrar à curiosidade do público que se debruça sobre as mirabolâncias do Oriente como sobre caleidescópio de maravilha, onde se sacolejam cintilações de jóias, ou lampejos de estrelas.

Do livro da senhora dona Propercía Correia Afonso de Figueiredo, extraio o bosquejo que vou esfumar, pensando na bailarina sagrada, hetaira da Índia.

Esta mulher, condicionada pela fatalidade do nascimento às duras realidades do prostíbulo — como princesa de sangue nasce condicionada ao trono — estonteia do aroma de

A bailadeira da Índia

POR

MARIA ARCHER

jasmin que a perfuma, ou da desgraça que sela a sua casta com o mais trágico anathema do Destino, a literatura de todos os evocadores da fantástica Índia. Sacerdotisa dopago de gentio, cujos deuses aterram como figurações demoníacas, ela é, também a mulher a que o

foral de Afonso Mexia, em 1526, chama «mulheres do pagode, que são mancebas do mundo».

Barbora «Aquela cativa que me tem cativo» alevantada por Camões até ao tudo e nada da memória humana, julga-se que foi bailadeira — formosa e desgraçada. Camões dizia dela nestes suavíssimos versos:

Aquela cativa
Que me tem cativo
Porquê nela vivo
Já não quer que viva.

Eu nunca vi rosas,
Em suaves molhos,
Que para meus olhos
Fôssem mais formosas.

Nem no campo flores,
Nem no céu estrelas,
Me parecem belas
Como os meus amores.

E quanto mais me absorvo na ternura do madrigal à «Barbora escrava» mais me arrepiava, como esgar satânico, essa Índia de mistérios e monstros, país de sonho pontuado com pagodes hidrópicos de deuses horrendos, avassalados por rajahs empenachados de aigrettes, e nebulado pelos panejamentos das gazes ondulantes nas danças hieráticas da bailadeira do templo gentio, sacerdotisa e prostituta — por ritual sagrado.

Teófilo Braga descreve-a assim:

Barbora era o tipo da rapariga gentia, de um moreno escuro, de uma raça inconfundível com a negroide, braços e colo como de uma escultura de bronze, de uma correcção completa, ancas desenvoltas pelo hábito das dansas hieráticas que lhe davam, em todos os movimentos, uma flexuosidade de felino envolvente, completando a sedução pelo fulgor estonteante de uns olhos negros azevichados, que provocam um desejo intensa, que alumiam o sorriso da boca pequena, orlada de alvíssimos dentes com que mastigava as plantas aromáticas. Um andar leve como de gazela solta, uma graça primitiva como de animal submisso, que se entrega à primeira carícia».

A bailadeira veste-se de peças delicadas de sedas coloridas, tauxiadas de prata e ouro, fulgura de jóias como um ídolo, enebria de aromas como uma flor. Usa calças longas, largas, lantejouladas, mantos e faixas de gaze bordada a ouro. Setíns, bordados, brocados, gazes, franjas de ouro e pérolas, jóias de rainha, tudo esplende nos atavios de baile da dançarina mística. Na cabeça, a par de diademas de flores perfumadas, ostenta diademas de brilhantes. No pescoço, colares preciosos, pingando pérolas. Nas orelhas, nos pulsos, nos braços, nos dedos das mãos e pés, jóias que cintilam de lumes de estrélas. É como exotismo raro, graça singular da mulher hindu, constela um aro do nariz com um brinco de brilhantes. Ídolo de sândalo, perfumada como pira votiva, ofuscante como sonho oriental!

O bailado hierático desdobra-se em euriemias lentas. Como estridular de castanholas aviva-o o som argentino dos guizos de ouro e prata que adornam os pés descalços da bailadeira. Ritmam-se pela música, leve, de pouco ruído, agradável. Em face dos Budas enigmáticos que são deuses e monstros, envolta em sedas, ondulante de gazes, pingada de diamantes, enriquecida de fiadas de pérolas e fulgurações de pedrarias raras — ei-la

que dança a liturgia do seu rito, essa sacerdotisa do pagode bramânico, essa bailadeira sagrada, «mulher do pagode, manceba do mundo».

De que noite dos tempos vem o negrume da trágica casta, onde nascer é já condenação? Tomaz Ribeiro diz assim:

«As bailadeiras formam na Índia uma instituição monstruosa, anómala, escandalosa aos olhos do europeu. A lascívia oriental criou, entre os preceitos da sua religião, uma classe de sacerdotisas, que fôsem a um tempo servidas dos seus deuses e instrumentos da sua volúpia. Como as sacerdotisas de Vesta, elas alimentam no templo o fogo sagrado, e como as bacantes, são votadas aos prazeres de seus voluptuosos senhores».

Na antiguidade grega e oriental — é a História que o diz — a prostituição avulta como ritual litúrgico que se alia com as dansas sagradas. Vinda do remoto passado, hierática, aberrativa e absurda, veio depois a çerrar-se — na Índia misteriosa dos dogmas indecifráveis — no círculo vicioso da casta que para todo o sempre esmaga uma vida, essa legião das sacerdotisas dos deuses hindus, que são mulheres de venalidade e prazer.

Diz-se, em velhos alfarrábios de remota escrita, que esta casta se formou com raparigas transviadas do serviço divino; Marco Polo conta que os pais, com o fito de esquivarem o dote das filhas, as entregavam para o serviço do templo — tal como já foi uso da Europa, naquelas épocas em que havia a cada canto um convento cristão. E também se aventa a hipótese de haver esta casta início nas raparigas seduzidas por amores ilegais e foragidas do lar, ou nas viúvas que corriam para o refúgio dos templos, fugindo da fogueira sacra, onde a lei, bárbara zeladora da fé conjugal, queimava em plena vida as desgraçadas mulheres que a morte privava do marido.

Muralhada na fatalidade da sua casta, a bailadeira lança ao mundo filhas que são bailadeiras. O pequenino sorriso que luz num berço com a claridade dos reflexos de um astro, carreia consigo o anátema imanente ao seu destino. O anjo que balbucia trouxe do ventre materno — sem remissão nem mercê — a condenação de bailar para o prazer dos deuses e dos homens, a condenação de vender o amor que não sente, a condenação de viver a vida como a ilusão que não vive. Infanta, já ela se gymnastisa em meneios e artes de bai-

lado. Nunca se casa. A sua vida calha-se tôda, do berço à cova, no serviço litúrgico em que baila, e na prostituição que exerce como prolongamento do ritual divino. Os filhos e irmãos das bailadeiras formam no rancho trágico da tribo, e vivem das migalhas da mercancia. São eles os tocadores que ritmam de harpejos os bailados do pagode. Casam-se às vezes, com raparigas de castas inferiores que compram aos pais, e que vão engrossar os caudais onde se dessedenta a luxúria indiana.

As bailadeiras mais famosas enriquecem. Despojam de tesouros os cofres providos dos rajahs. Os homens ilustres da Índia frequentam-nas, apreciam o encanto espiritual da bailadeira, a única mulher hindu que é fragrância de luxo e feiticeira de ilusões. Entretanto, as espôzas desdenhadas, torturadas no isolamento feroz das moradias, peiadas por preconceitos e deveres familiares, estiolam-se em idades juvenis, são flores que se desfolham antes do desabrochar, são amorosas que se suicidam de desespero ou tristeza.

É curioso este alvará do Governô da Índia, de 12 de Outubro de 1700. Parece prego bíblico, de morte, tortura e exacração, banindo a bailadeira da face da terra e da vida:

Hei por bem proibir que as bailadeiras morem neste Estado, sob pena de morrerem sempre que nêle forem achadas. E outrossim mando que nenhuma pessoa, de qualquer condição que seja, admita nas suas casas ou fazendas às ditas bailadeiras, sob pena de ser prêsa, e pagar além disso mil xerafins se fôr fidalgo, e perder o merecimento dos serviços feitos a Sua Magestade, além de ser degredado para as fortalezas. E sendo naturais da terra incorrerão na pena de açoites e degrêdo para as galés por tempo de nove anos. E quando sejam gentios lhes será cortado o rabicho, serão açoutados pelas ruas e condenados às galés por dez anos».

O temor de morrerem «tôdas as vezes que no Estado fôssem achadas» de-certo aligeirou os passos das bailadeiras para mais hospitaleiras regiões da Índia. Lá foram para o culto de outros templos, com os seus véus de gaze bordada, os seus setins lantejoilados, os seus pingentes de diamantes, as suas franjas de pérolas, os seus guisos de prata e oiro, as suas dansas hieráticas de sacerdotisas impuras.

Diz Pierre Loti: O que pode haver na alma duma bailadeira de velha raça, de casta antiga, filha e neta de bailadeira, por atavismo

preparada, depois de centos ou milhares de anos, a não ser mais que uma criatura de ilusão e prazer?

Nessa Índia maravilhosa, que nunca vi, e é um sonho oriental que sonhei, marulham florestas inçadas de cobras peçonhentas, tígres arreganham dentuças temíveis, combatem nas guerras os elefantes contra os homens, bufalos endeusados banham-se em rios santos. Rajahs fascinantes, empenachados de aigrettes, despejam mãos cheias de esmeraldas, sem esvaziarem os tesouros ocultos nos subterraneos. Faquires imóveis como pedras, cravados na terra como raízes, extasiam-se para o céu e o Nirvana. Ídolos medonhos aterram as almas, como demónios enfurecidos. Casam-se as crianças acabadas de nascer, queimam-se, em fogueiras de lenhas perfumadas como turíbulos de altar, a viúvez das mocidades em flor. E nos pagodes bramânicos, ao ritmo dolente da música, tauxiadas de oiro, pingadas de jóias, nebuladas de gazes, dançam as bailadeiras sagradas, as sacerdotisas dos deuses hindus, «as mulheres do pagode, que são mancebas do mundo».

N. R.—Este artigo foi lido ao microfone da Emissora.

★ ● ★

“PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHEs QUEIRAM CONFIAR.

CONSULTÓRIO DE ASSUNTOS COLONIAIS

RECEBEM-SE DESDE JÁ CONSULTAS DOS SRS. LEITORES, ASSINANTES E ANUNCIANTES

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

QUER queiram ou não, as palavras

civilizar e *civilização*, mudam de sentido, ou mais exactamente, perdem seus lindos reflexos, ternos e sentimentais, e limitam-se cada vez mais, a uma concepção de premática.

Se a Academia tomasse neste ano de Graça de 1935, o seu dicionário na letra C os coloniais teriam o dever de propor, no verbo *civilizar*, a explicação seguinte:

— Civilizar: criar necessidades.

O comentário, já se sabe, é de pensar que se encontrar no substantivo *Civilização*, assim definido:

— Abertura de novos mercados.

Eu não pretendo que essas definições sejam *definitivas*.

Ah! que encontro de palavras! Quero simplesmente dizer que de momento não há outras mais certas, mais precisas. De entrada, já se sabe, amua-se. Pertencemos a uma raça em que os reis se gabaram de nunca armar em negociantes. Julgamos digno prestigiar educar os súbditos do Império até a honra de defender a Metrópole nos campos de batalha, mais a palavra "freguez", incommoda-nos.

Queremos tirar das massas atiradas da floresta equatorial, filhos espirituais, discípulos, defensores, mas não clientes comerciais. Essas pretensões enternecedoras, mantidas por uma literatura romântica ou política, e pela abnegação dos missionários, já veem a-pesar-de tudo, dos velhos recantos do torrão em que se saciaram Bernardin de Saint-Pierre, Chateaubriand e Victor Schoelcher. Mas os tempos mudaram. Voltando-nos um pouco para Blaise Pascal poderíamos ainda, reservar ao nosso pragmatismo um arzinho espiritual convencer-nos que, afinal de contas, é procedendo à nossa maneira que os nossos irmãos pretos, acabam por se parecer conosco, o mais possível.

Pascal disse, falando aos ateus:

"Ligam a forma por onde eles (os crentes) começaram: é fazendo tudo como se acreditassem tomando água benta, dizendo missas, etc. Naturalmente, isso vos fará crer e vos embrutececerá."

Como é fácil a parafrase! e honesta, até!

— Ligam, ao preto, a forma por onde os brancos principiaram:—fazendo tudo, como se fossem civilizados,

cobrinde-se, instalando-se, construindo armamentos, etc... Naturalmente isto vos criará necessidades e vos civilizará!



Notamos, ao princípio um conflito de palavras bastante curioso, mas este conflito: *embrutececer* para os brancos e *civilizar* para os povos de cor é infinitamente mais saboroso.

Se não conseguimos *civilizar* o que falta, na sua natureza, crianças satisfeitas pela ignorância ou pela preguiça da sua pobreza, seremos com certeza condenados ao embrutecimento e à perda dos nossos direitos.

Portanto, civilizemos, criemos necessidades, atraíamos um consumo às mercadorias, e instalemos os mercados!

E não tenham a fraqueza de pensar que essas preocupações e esses trabalhos são falhos de dignidade. Não há nada mais digno do que arranjar e assegurar um trabalho regular aos operários do Norte.

É visto que uma clientela nos deixou nas Índias, compete-nos arranjar outra nova no Congo. Tanto para o sapateiro de Viena ou do Vaz, como para o funileiro ou para o ceramista, ou para o fabricante de

objectos não necessários, pois que o supérfluo é a alegria da vida.

Harmonizar

Bem! mas um "freguez", deve pagar; um comprador nada vale se não possuir alguma coisa que valha em troca. *Civilizar* é também enriquecer o "freguez", eventual com o fim de lhe fornecer os meios de satisfazer as suas necessidades. Se a França não possuísse, senão a Metrópole e algum tanto de terra perto ou longínquo, o problema seria já de si, complicado.

Vejam! Só temos uma região vinícola fora da França —é a África do Norte. E, nós sabemos que complicações nos custa cada vindima!

Mas, a França maior, o Império Francês, é como uma família numerosa.

(Conclue na página 24)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A sessão solene de encerramento da "Semana das Colónias", realizou-se ontem, à noite na Sociedade de Geografia, revestindo-se de um grande brilhantismo.

A vasta sala "Portugal", encheu-se totalmente de um público selecto: professores, oficiais de terra e mar, altos funcionários, alunos de tôdas as escolas, representantes do corpo diplomático e muitas senhoras.

Um grupo de escoteiros fazia, atrás da mesa presidencial, a guarda de honra, e no palco a orquestra da Academia de Amadores de Música, sob a direcção do maestro Pedro Blanch, executou primorosamente, no começo da sessão e nos intervalos dos discursos, um escolhido programa de concerto.

Ocupou a presidência o sr. ministro das Colónias, secretariado pelos srs. coronel Lopes Galvão, comandante Alvaro Machado, Henrique de Mendonça e conde de Penha Garcia, da direcção da Sociedade.

A história da colonização portuguesa nos últimos sessenta anos

Saudado com uma prolongada salva de palmas ergueu-se para falar o sr. ministro das Colónias, que principiou o seu notável discurso nos seguintes termos:

"Faz daqui a pouco sessenta anos que a Sociedade de Geografia nasceu: a história da sua vida é longa lista de serviços prestados à Nação. Para os prestar se formou e vai resistindo às vicissitudes do tempo: constituíram-na homens que no coração albergavam grandes ideais portugueses. E através de tôdas as contingências podemos dizer, ao cabo desta longa jornada, que sempre se tem conservado fiel ao sonho inicial. Como legado precioso vão-nos as gerações transmitindo umas às outras nesta casa: e a chama ardente dos primeiros dias não perdeu ainda nem brilho nem valor.

Passam os anos: e como eles os serviços ao País, uns após outros, vão enfileirando em interminável cortejo. Ressuscitá-los hoje seria tarefa demorada. Quasi seria repetir a história colonial portuguesa das últimas décadas. Mas não poderíamos considerar inútil: chamar até aqui todos esses espectros do passado, como lição para o futuro, e incitamento para a longa tarefa que na nossa frente se abre.

Nasceu esta Sociedade na época em que se levanta-

vam na Europa as primeiras grandes cobijas africanas.

As explorações

longínquas apaixonavam o Mundo. Tôdas as terras e todos os mares tinham a pouco e pouco, no decorrer dos últimos séculos, entregado ao homem os seus segredos. Mas desde a era de quatrocentos que navegávamos ao longo das costas africanas: e contudo no meado do século XIX o seio do continente negro era ainda para nós denso mistério a última grande incógnita geográfica. Discutiam-se avidamente as nascentes dos seus grandes rios: mas só nas voltas de 1860 o problema do Nilo se pode dizer resolvido: e tem que se esperar por Stanley para que o Zaire entregue ao Mundo o enigma da sua origem, para que a Carreira milenária da imensa floresta tropical se abra diante da vontade do europeu e que as últimas lendas africanas se desfaçam.

É certo que muitos dos descobrimentos em que os outros fizeram a sua glória os tinhamos nós feito primeiro: mas eles ignoravam-no e nós, o que é mais grave, tinhamo-lo esquecido. Quem convencerá hoje o Mundo de que antes de Livingstone olhos de portugueses tinham contemplado, maravilhosos, o espectáculo que já não parece terreno, das quedas de Vitória—e que antes dêle nos pertencia a honra da primeira viagem do Atlântico ao Índico?

Nas cobijas africanas que agitavam a Europa nós tinhamos grandes culpas; com o incomensurável descuido das cousas coloniais que caracterizou o período inicial do constitucionalismo (apenas cortado a espaços largos por rajadas de revolta em regra provocadas por questões ligadas ao tráfico dos escravos ou por duras batalhas diplomáticas) nós davamos uma espécie de justificação às ambições dos outros. Os direitos dêles eram em muitos casos feitos de abandonos nossos.

Mas já em 1870 tinham caído as últimas ilusões sobre os móveis que haviam de dissipar as trevas africanas. Debaixo da filantropia, da religião e da ciência apontava a política. Não eram os caminhos de Deus e do saber que se tateavam—mas os da ambição e do poderio. Brazza e Stanley não eram já investigadores que apenas a ânsia de aumentar os cabedais do conhecimento humano dirigisse —mas agentes, que duras ambições nacionais, absorventes, egoístas, impeliam através de florestas nunca penetradas e

A Semana das Colónias

Fala o sr. ministro das Colónias

Do "Diário de Notícias" de 9 de Maio de 1935

PORTUGAL COLONIAL

das infinitas chamas de África. Não é em homens de ciência, que pensamos ao recordar as figuras dos grandes exploradores que vieram depois do meado do século de além: na imaginação desenham-se insensivelmente heróicos perfis de soldados, que o cumprimento do dever mais alto do que a vida, tornasse insensíveis ao sofrimento, à dor, ao abatimento moral, ao cansaço—tão indiferentes à implacável sucessão dos dias torridos ou das chuvas diluvianas como à monotonia de certas marchas ou aos riscos de outras. Bem podemos hoje dizer que soldados eram—vanguarda dos exércitos que vieram depois.

As ameaças dos grandes

Apesar do torpor em que tristes lutas políticas tinham lançado as nossas legítimas ambições coloniais, não deixamos de tomar as posições que a defesa de direitos velhos e caramente conquistados iam aconselhando. Rudes combates teve a nossa diplomacia de travar: e nem por silenciosas deixaram as suas vitórias de nos garantir parte importante do nosso actual património.

Eu ia dizer que o interesse pelas colónias estava adormecido aqui. Elas não constituíam, talvez, para a massa do povo a própria essência da sua vida presente e a preciosa reserva do futuro. A gente parecia ignorar que a lei fundamental da existência das nações manda defender até ao fim a herança da história.

E contudo, impendiam sobre nós perigos imensos: a voracidade dos grandes ameaçava-nos duramente.

Andrade Corvo—que foi nas pastas do Ultramar e dos Estrangeiros um grande servidor do País—deixou-nos em algumas linhas um bom retrato dessa época: “Uma grande transformação se está passando na Europa; transformação violenta que tem a força como meio, a ambição de dominar como fim. O direito, esquecido ou desprezado mal faz ouvir a sua voz nos conselhos das grandes nações para provar a sua impotência. O orgulho e as paixões criminosas impõem arrogantes os seus ditames, para que se não ouçam as justas reclamações dos povos... Nesta imensa confusão das ideias, nesse esquecimento do justo e do honesto, nesse entorpecimento assustador da consciência humana, nesse lutar cego de cobiça e do egoísmo contra o direito e a verdade, está um imenso perigo para todas as nações, grandes e pequenas... “No meio do perigo universal, é imenso o perigo para as pequenas nações. A iniquidade inventa teorias para justificar as suas violências...”

É um bocado de história este trecho: mas a quem desprevenidamente o ouvisse, ignorando que se referia à época já afastada em que se desencadearam as primeiras grandes ambições ultramarinas, bem poderia parecer que falávamos do dia de hoje.

Os factos empurravam-nos assim para a acção. Foi a consciência dos perigos que corriamos que fez surgir a Sociedade de Geografia—fundação gloriosa de um escol de portugueses, obra sem desfalecimentos continuada por muitos outros, que, carinhosamente, tomaram nas mãos a sua ideia, para que não morresse. Apareceu assim como um baluarte da mais alta ideia nacional.

A época das expedições

Os homens de 75, para afastarem ululantes ameaças, que à volta do País rondavam, encontraram quatro vias abertas: a investigação científica dirigida com sentido nacionalista; a acção colonial construtiva; a defesa onde quer que fôsse atacada, da posição de Portugal como

descobridor, civilizador e possuidor de largos domínios; a formação de um espírito novo.

Convém reparar que a realização de uma grande obra colonial se em muito depende da orientação e do trabalho dos Governos, em mais depende ainda da iniciativa, do persistente interesse, da dedicação dos particulares. É inútil pensar que neste campo os Governos podem fazer tudo—que podem sequer fazer a parte maior do trabalho. Têm que ter a seu lado, saídos da audácia privada, instituições que, embora compreendendo-os, acompanhando-os, tomem muitas responsabilidades e corram muitos riscos. Seria imprudência atirar para sobre os Governos umas e outras. Certos desaires, que sofridos por particulares passam despercebidos, transformar-se-iam em graves derrotas. São felizes os Governos que a seu lado encontram instituições livres que, para servirem disciplinadamente grandes fins nacionais, põem em jogo, a sua organização, os seus fundos, os seus meios de acção.

Logo no seu alvorecer (em Junho de 1876), a Sociedade de Geografia—seguindo na esteira de ilustres organizações semelhantes do estrangeiro—conjugando o seu pensamento com o da Comissão Central permanente de Geografia, representou ao Governo sobre a necessidade política, económica e científica de organizar uma expedição portuguesa que percorresse o sertão africano, partindo de um litoral para o oposto. Quem mais do que nós podia arrojarse a cometimentos desses?

As expedições de Serpa Pinto, Capêlo e Ivens, ficou ligado o nome da Sociedade de Geografia: o entusiasmo e a esperança populares com que a sua difícil empresa foi seguida em grande parte foram obra sua. Da audácia e dos sacrifícios dos nossos pombeiros e aviados, de Lacerda, de Gamito, Rodrigues Graça, de Silva Porto não haviam de ser só estranhos a tirar proveito—a tirar proveito e a negá-lo com feia ingratidão: a Nação começava agora a colher o fruto da sementeira de trabalhos e sofrimentos feita no sertão pelos seus filhos.

Não se tinham apagado há muito os últimos ecos das homenagens prestadas a Capêlo e Ivens e já ousadamente a Sociedade tentava caminhar pela segunda das vias a que me referi: a acção colonial construtiva. Constituída a Comissão Nacional Portuguesa de exploração e civilização da África, pretendeu logo esta criar, por meio de uma subscrição permanente, aberta no País, “Fundo africano”, “destinado a adquirir meios que a pusessem em circunstâncias de se empenhar vigorosa e útilmente na grande obra de exploração e civilização de África, procurando principalmente alcançar estes resultados pelo estabelecimento de estações civilizadoras... Ainda nesse momento as fronteiras de Angola e Moçambique para o interior estavam “naturalmente indeterminadas... Era o tempo em que se sonhava com um território português que fôsse de mar a mar. As estações civilizadoras deviam ser “estabelecimentos dirigidos por homens enérgicos, dedicados, patrióticos, ajudados por um certo número de serviços europeus para ensino e para exemplo dum maior número de indígenas, que iriam sendo assim praticamente adestrados e disciplinados; criar-se-iam escolas e oficinas; ensaiar-se-iam culturas, processos de aclimação e procurar-se-ia restabelecer relações amigas e de tráfico honesto com os indígenas... Acompanhava assim a Sociedade, de perto, o movimento que a Associação Internacional Africana—ao que dizia para abrir a África Central à acção europeia—linha provocado e ia com êxito dirigindo. Foi, pois, então lançado um eloquente apêlo sob a forma de um manifesto elaborado “em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da Pátria... Apela assim a Sociedade para as grandes palavras eternas, que vão até às mais puras fontes dos sentimentos

humanos, mas que os novos só entendem nos momentos em que os seus destinos perigam. Houve a intenção de abrir uma subscrição nacional com carácter permanente. Creio que esta não foi rendosa e que morreu à nascença; mas, como afirmação de um grande desígnio e de uma tradição, quis lembrar hoje aqui o lindo plano que não teve futuro.

A conferência de Bruxelas

No combate pelos direitos ultramarinos de Portugal, logo desde o alvorecer da sua actividade a Sociedade de Geografia se mostrou ardoroso paladino. Tanta vez tem descido à liça nessa defesa, que fastidioso seria citar todos os torneios travados. Nem esse é o meu propósito. Mas não pode esquecer-se que, a indicar uma rota de que não mais devia afastar-se, logo em 1876 se ergueu contra a exclusão de Portugal—exclusão que, mais do que injusta, podia julgar-se gravemente ofensiva do bom nome e dos interesses do País—de lista das nações que deviam tomar parte na conferência geográfica de Bruxelas, convocada pela acção do soberano ilustre que à Bélgica deu o Congo para o seu próprio palácio real. Aí se propôs ao Mundo uma nova cruzada—,digna deste século de progresso,, disse o rei. De tanto amor da humanidade haviam de sair primeiro a Associação Internacional Africana, depois o Estado independente do Congo e mais tarde o Congo Belga. Aí teve a sua origem também a conferência de Berlim e o Acto Geral de que ainda sentimos os efeitos. Foi tempo de grandes lutas e dificuldades: e julgando com serenidade os resultados obtidos diante da fraqueza de meios a que as lutas internas e a incuria governativa de longos anos nos tinham reduzido; olhando a força das ambições que contra nós se erguiam, temos de concluir que os homens de então bem serviam a Pátria conseguindo salvar parte vastíssima do seu secular património africano, em pugna desigual. Mas se a Sociedade de Geografia, antes de reunida a Conferência de Bruxelas, não tem dado enérgica forma ao sentimento de indignação do País contra o esquecimento que nos atingia, pior viria a ser de certo a nossa posição nas lutas que iam começar. Embora tardiamente, Leopoldo II deu à Sociedade de Geografia a reparação que esta tinha reclamado com dignidade: a adesão de Portugal aos trabalhos iniciados foi solicitada e a Associação Internacional Africana veio a ter a sua Comissão Nacional Portuguesa. Assim, a Sociedade ganhou a sua mais brilhante vitória na defesa dos nossos direitos e interesses no Ultramar.

Fracó era o espírito colonial dos portugueses quando Luciano Cordeiro, diante de alguns dos melhores valores do tempo, no modesto terceiro andar da rua de S. Paulo, expôs a ideia da fundação do organismo que hoje nos hospeda. Para salvar a nação era preciso reagir contra a ignorância e a apatia gerais. A formação de um espírito novo entre a nossa gente, como disse, se não foi propósito expressamente confessado, resulta inegavelmente da acção desenvolvida. Três processos se tentaram no correr de sessenta anos para esse efeito: ensino, a divulgação do saber, das realizações e dos feitos dos portugueses no passado e no presente, a propaganda colonial entre todas as classes.

Ao primeiro aspecto da questão logo desde de 1878 ligou a sua responsabilidade, com a aprovação do projecto que criava um curso e disciplinas coloniais e que, apesar de redigido e justificado larga e profundamente, não teve seguimento: só em 1906 a Escola Colonial nasceu: e a Sociedade de Geografia acolheu-a nas suas salas como lar natural.

Para a divulgação da ciência colonial portuguesa nasceu o Boletim e apareceram, sucessivamente, publicações que, versando os mais variados assuntos da vida ultramarina, constituem já hoje uma preciosa colecção a que todos os estudiosos dos problemas de além-mar têm constantemente de recorrer. E pena foi — e a esse caso eu queria especialmente aludir — que se não levasse a efeito a ideia que o ilustre investigador Sousa Viterbo apresentou logo nos primeiros tempos da vida da Sociedade de Geografia—da publicação do Corpo de Viajantes e Descobridores Portugueses, onde reunidas figurassem as descrições e relatos dos nossos pilotos, viajantes e aventureiros. Assim seria naturalmente continuada a "Colecção de Notas para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,"—que a Academia das Ciências começou a publicar no começo do século XIX e que infelizmente ficou longe do fim.

Para dar exemplo da activa propaganda, desde a sua fundação levada a cabo pela Sociedade de Geografia, inútil é sair desta sala e chamar em minha ajuda o passado: A Semana das Colónias é o mais vivo de quantos eu posso evocar. Abrange agora o País inteiro. Penetra nos quartéis. Entra em todas as escolas. Procura interessar a mocidade portuguesa nas coisas ultramarinas através de conferências e de variados espectáculos. Quere mostrar-lhe que à estreiteza dos horizontes daqui correspondem aléme espaços ilimitados, ambições que não têm fim, obrigações sagradas. A vida mediocre da metrópole, passada entre a maledicência e a anedota, à carência dos empregos, pode substituir-se na medida em que regrada e prudente administração for abrindo novas possibilidades de acção, vida construtiva, larga e forte, infinitos campos de trabalho. Quere fazer das colónias, no espírito de todos, a coisa santa da Nação.

Os serviços prestados e a prestar pela Sociedade de Geografia

Não trouxe ao acaso para este arrazoado os casos que aí ficaram resumidos. Quis com eles mostrar que caminhos vários estão abertos à iniciativa da Sociedade de Geografia e que uma grande tradição vinda de longe e sempre respeitada comanda o futuro.

Tem singulares semelhanças com o tempo de hoje a época que nas linhas de Andrade Corvo que há pouco ali ficou descrita. Seguindo as vias há muito traçadas, fiel aos velhos objectivos, mas procurando realizá-los agora com mocidade de iniciativas e de acção, a Sociedade de Geografia pode prestar ao País ainda serviços de valor incalculável. Pouco seriam todas as palavras que pronunciamos se as não procurassemos transformar em acção útil, em vida.

Ao falar do passado da Sociedade de Geografia não quis, com a verdade possível, reconstituir façanhas mortas para satisfazer a curiosidade de quem teimasse em me ouvir. O meu feito foi outro. Quis apontar responsabilidades, dizer aos que hoje a dirigem que bons caminhos têm trilhado—e mais: que nós sabemos que estarão à altura das obrigações assim contraídas, que o futuro não ficará abaixo do passado.

Da Sociedade de Geografia espera o Ministério das Colónias a colaboração de sempre: mas tão alto se elevou o sentimento nacional nas celebrações desta última semana que, ao pôr-lhes termo agora, me atrevo a transportar para as necessidades presentes os exemplos que propositadamente longe fui buscar.

Bem parece que falar de antepassados é esteril vaidade—se nas suas virtudes e feitos não procuramos igualá-los.

A esplêndida obra das missões

Há sessenta anos ergueu-se aqui um largo movimento de interesse pelas causas da ciência que respeitavam à África. Bem precisava o País que das suas mortas cinzas elle ressuscitasse. Sempre pensei que é inexpugnável a posição de um povo que defende a soberania que exerce sobre raças inferiores, entrincheirando-se atrás de intensa vida científica. Sei que é difícil dar os primeiros passos nessa via, mas o problema não é insolúvel e bem parece que mais do que o Estado a iniciativa privada pode contribuir para o resolver. Certamente, aquêle não regateará a sua ajuda a organismo que a merecer. Não tenho fé no expediente que consiste em criar de novo, para isso, instituições próprias, e em as sustentar totalmente pela verba do orçamento. Não acredito que o orçamento tenha o poder de criar o amor pela investigação científica.

Ofereço esta simples sugestão à direcção da Sociedade de Geografia, que não pode esquecer as obrigações que resultam do nome que usam.

Mas tenho de ir mais longe — em tão grande conta tenho o valor e as possibilidades de acção de V. Ex.^{as}, sr. presidente e dos seus colegas da direcção — ligando às necessidades do presente a tradição construtiva que noutro tempo levou esta Sociedade a propor a criação das estações colonizadoras de que há pouco falei. Há muito queria chamar a atenção dos portugueses da metrópole para a situação das missões portuguesas de África.

Contra todas as dificuldades, a verdade é que os Governos coloniais têm sucessivamente alargado a sua ajuda às missões. Nas colónias de África, os auxílios do Governo somavam, em 1930, pouco mais de 7.300 contos. Hoje ascendem a mais de 10.000. Em tempos tão difíceis como os que atravessamos, não será justo apoucar o esforço que estas cifras traduzem: faz-se na certeza de que, realizando, com elle se dá força nova aos elementos de civilização, de paz, de aperfeiçoamento moral dos indígenas postos ao serviço da nossa autoridade.

É velha esta política de protecção à actividade missionária nacional. Nem todos os povos a seguem. No Congo Belga tem poucos anos; na França não é adoptada em todas as colónias; nas possessões britânicas é de applicação recente, e creio que não geral o principio de apertada colaboração entre o Estado e as Missões e só em matéria de ensino. Todos estes povos provaram ajudar apenas, como é evidente, apenas as missões que servem os interesses da sua soberania — embora a todos acolham, e a todos dêem facilidades, em harmonia com a letra dos tratados.

Ora, nas nossas colónias, ao abrigo de leis que, infelizmente, tenho de dizer desnacionalizadoras, desenvolveram-se extraordinariamente as missões estrangeiras.

Em 1934 havia em Angola 62 missões portuguesas com 264 missionários e 153 auxiliares: a sua actividade sustentava, com a ajuda das catequistas indígenas já formadas, 60 escolas primárias e 2.493 escolas rurais, frequentadas ao todo por 159.694 alunos.

Mas em frente delas havia 317 missionários e professores protestantes em 44 missões e 88 escolas de artes e officios; têm ao seu serviço 834 catequistas.

Em Moçambique, em 1933, havia 40 missões católicas portuguesas com 279 filiais; era apenas de 48 o número de missionários e de 375 o de auxiliares; sustentavam 176 escolas de ensino elementar e rudimentar com 29.161 alunos, além de 33 escolas de ensino profissional, com 1.700 alunos.

Ao lado delas trabalhavam 80 missionários estrangeiros, com 470 auxiliares, dispondo de 468 estações ou su-

curais nos distritos. Dispunham de 65 escolas de ensino primário com 3.296 alunos.

As missões estrangeiras são sustentadas apenas com os auxílios que recebem das organizações confissionais a que pertencem. Não pode negar-se a beleza do movimento de solidariedade de que as faz viver. Mas nas colónias vizinhas das nossas, largos auxílios recebem também dos seus correligionários as missões católicas; e sem auxílio do Estado recebem resultados admiráveis.

Nenhumas palavras chegariam para fazer o elogio dos nossos missionários. Inclino-me com veneração dentro das suas vidas, votados inteiramente ao bem dos outros, com comovente simplicidade. Deve-lhes a Nação serviços inestimáveis na occupação dos territórios que lhe pertencem. Sobre o negro exercem uma influencia que a nenhuma outra pode comparar-se. Mas da gente da metrópole não recebem para a sua grande tarefa nacionalizadora e civilizadora, a eficaz ajuda que seria necessária.

Era indispensável que um grande movimento de protecção se fizesse à sua volta — que qualquer poderoso organismo, velho ou novo, se lhes dedicasse. Por dois motivos isso seria importante — de ordem política um, de ordem material outro. Demonstrar-se-ia praticamente que o povo daqui acompanha carinhosamente e ajuda a obra que em seu nome, para seu poder e glória é feita no sertão africano entre numerosos riscos por homens que, esquecidos de si, hora a hora vão espalhando a Fé e o Império; e isso teria o mais largo alcance. Ao mesmo tempo acrescentar-se-iam meios de acção novos a aqueles — e não podem dizer-se abundantes — de que já dispõem esses incansáveis obreiros de Portugal.

E eu pergunto: Não será essa nova cruzada digna em tudo da grande instituição, de tão fundas raízes da vida nacional, que é a Sociedade de Geografia de Lisboa?

Portugal Ultramarino depósito sagrado a legar às gerações futuras

Mas eu sou exigente. Todos os anos desce esta Sociedade até às escolas, para agitar as ideas coloniais entre a mocidade. Ambicionaria que esse contacto se tornasse permanente. Mais do que a ninguém, as colónias pertencem à gente nova.

Para uns, os problemas do Estado resumem-se ao presente — são os trabalhos de cada hora, grandes ou pequenos, destinados a vencer as dificuldades que a marcha do tempo vai levantando. Mas para outros, elles são sobretudo a construção do futuro. É naturalmente o homem do Governo tentado a deixar-se acorrentar ao dia que passa; a rotina burocrática, os interesses que por elle clamam, a violência das paixões em luta, as misérias que solicitam alívio — tudo o afastam do largo plano em que as verdadeiras reformas podem realizar-se. Mas em matéria colonial não servirá o País quem não trabalhar de alma posta no futuro.

A juventude é a matéria prima que temos de tomar amorosamente em nossas mãos para modelar, ensinando-lhe o caminho das terras novas e com elle o amor da disciplina e do trabalho livre, o amor do risco, e da actividade construtiva, que, por saber o preço do esforço, o ajuda e respeita, dando-lhe o orgulho de fazer as coisas difíceis que resistem ao tempo.

Afeiçoar almas novas para a grande obra ultramarina da Nação é hoje a maior tarefa daqueles que já colheram o último beijo da mocidade; almas de bronze que sintam que cada pátria é uma grande disciplina, intrans-

gente como nós somos na conservação do património que herdamos. Porque nós—não é verdade?—consideramos o Portugal Ultramarino depósito sagrado que inteiro havemos de transmitir a nossos filhos: e não há convenções, nem tratados, nem acórdos que dêle possam arrancar qualquer pedaço. Foi feito com o sangue de muito português. Havemos de o transmitir aumentado na sua grandeza moral e material: mas intacto na extensão dos seus territórios.

Nesta modelação das almas, a Sociedade de Geografia deve ter um papel preponderante.



Os muitos serviços prestados à Nação pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a que V. Ex.^a preside com tão singular elevação e brilho, e que justificaram a rara distinção que S. Ex.^a o sr. Presidente da República lhe atribuiu e que por minhas mãos o Governo lhe entrega, mas eu queria que o grande Oficialato da Ordem do Império fôsse mais do que a consagração dum passado glorioso: com as insígnias da Ordem vão as minhas esperanças de um futuro mais glorioso ainda.

CONSULTÓRIO

Do sr. Dr. Luiz de Sousa Lara recebemos a seguinte carta que muito agradecemos por corrigir e actualizar uma informação aqui dada no último número:

Dr. Luiz de Sousa Lara
Praça do Município, 32, 1.º
LISBOA

Lisboa, 10 de Maio de 1935

Ex.^{mo} Sr. Cap. Henrique Galvão, Dig.^{mo}
Director da Revista "Portugal Colonial,"—Lisboa.

Ex.^{mo} Sr.

Li no N.º 50 da interessante revista que V. Ex.^a superiormente dirige uma pergunta formulada sobre a produção mundial de açúcar e do lugar que nela ocupam as nossas colónias de Angola e Moçambique.

Julgo poder actualizar um pouco mais a resposta dada, motivo porque ousou prestar à "Portugal Colonial," as seguintes informações:

Produção mundial 1933/34

Açúcar de beterraba

| | |
|---------------------------------|----------------|
| Europa (incl. Rússia) | 7.203.000 ton. |
| América | 1.719.000 " |
| Ásia | 34.000 " |
| Austrália | 6.000 " |
| | 8.962.000 " |

Açúcar de cana

| | |
|----------------------------|--------------|
| Europa | 15.000 ton. |
| América | 7.549.000 " |
| Ásia | 8.626.000 " |
| África | 998.000 " |
| Austrália | 795.000 " |
| | 17.983.000 " |
| Produção mundial | 26.945.000 " |

Previsão para 1934/35

| | |
|----------------------------|--------------------------------------|
| Produção mundial | 26.061.000 ton. |
| | 1933/34 1934/35 |
| Angola | 30.046 ton. 25.660 ton. |
| Moçambique | 92.710 " 71.732 " |
| Colónias total.. . . . | 122.756 " 97.392 " |

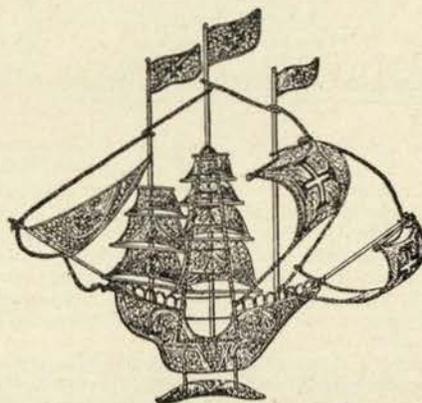
A estatística da S. D. N. está, por consequência, bastante afastada da realidade, no que respeita às nossas colónias.

Segundo os economistas Wallet & Gray as produções mundiais de 1933/34 foram de 25.562.295 toneladas e a previsão para 1934/35 é de 25.165.334 toneladas.

As estatísticas sobre beterraba são fornecidas por Licht.

Ainda, segundo o Dr. Mikusch, o consumo mundial em 1933/34 foi de 25.876.000 toneladas e a previsão para 1934/35 é de 26.205.000 toneladas

MANUFATURA DE ARTIGOS DE OURIVESARIA



CASA FUNDADA EM 1880

GASPAR VIEIRA

Sucessor de Vicente Gaspar Vieira & Filho Suc.
OURIVES—FABRICANTE—FORNECEDOR

As mais lindas, artísticas e inimitáveis filigranas portuguesas.
Pratas cinzeladas e grande variedade de artigos de ourivesaria.
Exportador para Ilhas, Colónias Portuguesas e Estrangeiro
Premiado na Exposição Internacional de Barcelona (1929)

DEPÓSITO PERMANENTE PARA REVENDA
Rua do Bomfim, 217—PORTO—Portugal
Telefone 2299

As antigas colónias alemãs

O *Star* de Londres, diz, depois de saber que o governo inglês está pronto a examinar com benevolência o requerimento da Alemanha, sobre a restituição de algumas das antigas colónias actualmente sob o mandato da Inglaterra sob a condição formal de o Reich retomar o seu lugar na assemblea de Genebra.

Mas, acrescenta o jornal, se a Alemanha insiste em obter as colónias em questão antes de voltar para Genebra, a situação tornar-se-ia mais difícil, pois os pedidos alemães, não interessam só a Inglaterra; interessam a todos os países que receberam os mandatos das antigas colónias alemãs.

O *Star* conclue daqui, que o Führer ficaria satisfeito, neste momento, se as potências beneficiadas com êsses mandatos, reconhecessem abertamente e sem equívoco que a Alemanha é tão apta e competente para colonizar como qualquer outra potência...

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*).

A influência da África no Brasil

Num estudo curioso que trata da influência africana sobre os Portugueses do Brasil, o autor, M. Mendonça Renato, relembra que o tráfico dos escravos pretos se efectuava antigamente principalmente pelos portos do Brasil. Em Pernambuco desembarcavam sobretudo os indígenas do Congo. Acontece, que tanto sob o ponto de vista fonético, como morfológico, os dialectos portugueses locais, ressentiram-se do contacto da língua congoleza.

É assim que poderam verificar, que 400 palavras pelo menos foram tiradas de esta.

Emfim, o escritor brasileiro sublinha a importância dos cânticos pretos e do fetichismo nos Pretos da América.

A êste respeito, acrescentemos que um dos nossos filólogos coloniais, publicou um estudo no qual demonstrou o contrário: a influência das palavras portuguesas nos idiomas do Baixo Congo.

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*).

A propósito de «Stressa»

Os jornais encheram as páginas de comentários com o que se disse e o que não se disse nos esplêndidos salões do Palácio Borromeu.—O cinema mostrou-nos Mussolini sorrindo—estava no seu direito!—rodeado dos chefes dos

Governos francês e inglês. Êste último parece ter sido operado duma catarata que parecia incurável.

Mas isto é a política geral.

Não seria desagradável à opinião colonial belga saber, se se tratou, nessas conversas que ficarão célebres, da questão das colónias e das ambições da Alemanha sob ponto de vista. As grandes "vedetas", tinham outras árias para cantar, já o compreendemos. Mas, não haveria algum intermédio para as "segundas figuras"? Não teria havido algum desses trabalhos de aproximação, tentados por homens de bem e que são desaprovados com um gesto imperceptível e um olhar significativo ao interessado?

Leopoldo II desconfiava dessas reuniões em "cheio", "quando as grandes potências se entendem bem demais é muito perigoso para as pequenas," dizia êle.

A. V. I.

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*).



O primeiro Ministro da Rodésia do Sul, o enérgico Mr. Huggins, não mastiga as frases quando é preciso: "Tenho a impressão, disse a quem quis ouvir, que a política da União Sul-Africana consiste em levantar uma muralha em volta deste país, à maneira do que acontece nos Estados Unidos.



A Agência Económica do Camerão em Paris, tem aberta neste momento uma exposição de pinturas, esculturas e livros, com o maior êxito.

Até ao fim de Abril, essa exposição de Mulheres Artistas Coloniais, estará aberta lóda a semana, excepto ao domingo. A série apresentada por Madame L. Fruitard e que já tinha sido exposta na sala de leitura do Club Colonial e Marítimo, é principalmente o mais admirado pela multidão, que não esconde o prazer que tem em ver as coisas belas e exóticas das nossas colónias.



O grupo de "Amigos de Arte Indígena," que se constituiu em Leopoldville com o apoio do governador geral elaborou os seus novos estatutos.

Decidiu contribuir para a instalação de oficinas especializadas, criação de museus locais e desenvolvimento de trocas entre os indígenas; asseguram igualmente a participação da arte indígena nas exposições organizadas na Metrópole, procurarão desobstruir o caminho às produções dos artistas congolezes e efectuarão todos os trabalhos de classificação e de documentação que digam respeito a arte indígena.

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*).



Os criadores de gado congolezes, estão interessadíssimos e preocupados com a notícia duma experiência de "pequena colonização," lançada pelo novo governador

geral, que quere intentar a experiência no planalto de Katentania.

Trata-se de confiar uma quantidade de gado aos colonos sem emprêgo a quem seria preciso antes de mais nada, instalar.

Teoricamente, a experiência seria interessante, praticamente teme-se o seguinte: 1.º que dada a experiência já adquirida, é fácil supor se torne rapidamente em fracasso para os desempregados essa tal experiência, pois que eles não possuem da criação de gado senão um conhecimento muito superficial. 2.º que essa experiência pode dar como resultado contaminar imediatamente todas as criações vizinhas. O temor, portanto, está longe de ser absurdo,—e tanto mais se ainda por cima é certo que por causa de certas polémicas, não existe neste momento na região de Elisabethville, senão uma criação absolutamente sã e tranqüila.

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*).

IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

O sr. Ministro das Colónias continua a receber grande número de telegramas e cumprimentos pessoais de felicitações, tendo várias companhias coloniais pedido audiência para as respectivas direcções apresentarem os seus cumprimentos.

Em vista do despacho do sr. Ministro das Colónias mandando isentar de direitos todas as importações feitas pelas Câmaras e Comissões Municipais e Juntas locais de materiais destinados ao fornecimento de luz, água e esgotos, vários desses organismos estão já elaborando os respectivos planos, tendo alguns já solicitado autorização para contraírem empréstimos.

Foi publicada a portaria 8.095, a qual manda publicar nos "Boletins Officiais", de todas as colónias, a fim de terem a devida execução, os Acordos assinados em Lisboa entre Portugal e a Alemanha, referentes ao comércio e à navegação e aos pagamentos das dívidas comerciais.

Pelo Ministério das Colónias vão ser publicados os seguintes decretos: reforçando duas dotações do orçamento da Agência Geral das Colónias para o corrente ano económico, regulando o recrutamento dos amanuenses da Direcção Militar, alterando as taxas postais, regulando o provimento de vagas de oficiais do quadro telegrafo-postal de Angola, autorizando o governo geral de Angola a abrir um crédito especial de 10.160,50 angolares destinada ao pagamento dos fornecimentos feitos pelo subdito belga Maurice Morlion.

A comissão administrativa do núcleo pró-colónias do Liceu de "Bocage", em Setubal celebrando a semana colonial enviou ao sr. Ministro das Colónias um telegrama de saudações.

Pela publicação do decreto 25.306, foi determinado que os anos económicos a que é referida a contabilidade pública nas colónias passem a coincidir com os anos civis a partir de 1 de Janeiro de 1937—Estabelece preceitos sobre receitas e despesas e aprova com alterações os orçamentos de todas as Colónias para o ano económico de 1935-1936 (dezoito meses).

Pelo Ministério das Colónias foi concedido à Sociedade de Geografia de Lisboa um subsídio anual de sessenta contos que serão pagos pelas oito colónias portuguesas, dividido proporcionalmente às suas receitas.

Foram fixadas as seguintes sobretaxas para as correspondências a expedir por via aérea para a colónia de Cabo Verde:

Cartas e bilhetes postais: 5\$00 por cada 10 gramas ou fracção.

Outros objectos: 6\$00 por cada 50 gramas ou fracção.

Pela colónia de Timor foram indicados como delegados à 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português, os capitães srs. José Esguival e José Simões Martinho e tenentes José Agapito Silva Carvalho.

Pela publicação do decreto 25.292 foram estabelecidas as normas para a importação e comércio nas colónias de pólvoras físicas ou químicas, explosivos, artificios pirotécnicos, armas e munições.

Deve ser brevemente publicado um diploma alterando as pautas aduaneiras das colónias afim de que aos vinhos regionais de tipo Extremadura, seja aplicado o mesmo regime que se aplica aos demais vinhos generosos e corosos portugueses assunto que está afecto ao Conselho Superior das Colónias.

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias sobre o questionário do livro, intitulado "Le recrutement de la main d'oeuvre dans les colonies et dans les autres territoires a conditions du travail l'analogues", para ser apresentado pelos delegados portugueses na 20.ª Conferência Internacional do Trabalho, que se deve realizar em Genebra.

Foi publicado o decreto n.º 25.296, o qual organiza as casas da Metrópole em Angola e Moçambique.

Pelo Ministério das Colónias foi publicado no "Diário do Governo", uma portaria que manda publicar nos Boletins oficiais de todas as colónias os estatutos da Associação Guias de Portugal, aprovados por portaria n.º 7.851.

Pela publicação da portaria 8.097 foi mandado aplicar sobretaxas em estampilhas do imposto do selo, do tipo antigo, comum a diversas colónias, existentes na Casa da Moeda e Valores Selados, a fim de se aproveitarem na colónia de Cabo Verde.

Os resultados da primeira conferência Imperial Francesa

(Conclusão da página 16)

Um está instalado no Oceano Índico, outro no Atlântico, um terceiro fixou-se no Pacífico. A Metrópole é o patriarca—ou o notário—encarregado de harmonizar os direitos e os deveres de todos os parentes espalhados pelos quatro cantos do Universo, e de os manter *na santa indivisibilidade imperial*.

Não é um negócio pequeno nem fácil.

A verdade é que com o romantismo colonial a guerra e a crise, tinha-se descuidado com os interesses duns e doutros e os da Metrópole também.

Foi no dia que se quis mostrar os filhos do Império ao Universo inteiro, que se percebeu que esses filhos eram mais e melhores do que os "fenómenos", dos salões mundanos ("diz Bons-dias a esta Senhora,") de *music-hall* ou de circo.

O povo francês não tinha, antes da Exposição de Vincennes, nenhuma ideia acerca do seu domínio colonial.

O sentimento do Império que será amanhã a sua maior força moral, era-lhe tão desconhecido como as pretensões de Mourou.

Esse sentimento começa a ganhar o espírito do povo francês. Encontraram a prova irrefutável na sessão do encerramento dos trabalhos da primeira conferência imperial. Todos sabem que essa conferência abriu em Dezembro, em Paris. Insistimos aqui mesmo para que fôsse chamada *imperial* e não *colonial* e teimamos—ainda que não fôsse mais essencial o demonstrar que o *facto imperial* e o *imperialismo* não devem e não podem confundir-se.

O facto capital e decisivo

Portanto, sábado 13 de Abril de 1935, durante a tarde, na sala das Sessões do Palácio do Luxemburgo, realizou-se a sessão de encerramento.

O Sr. Presidente da República, dignou-se assistir a essa reunião, a que presidia o Sr. Ministro das Colónias, Mr. Luis Rollin.

M. C. J. Gignoux, secretário geral da conferência, expôs com a clareza que o distingue dos economistas mais distintos, os trabalhos das cinco comissões de que se compunha a conferência e submeteu as conclusões dos delegados às altas personalidades presentes.

"O facto capital é—atreve-mo-nos a dizer—decisivo, afirma M. C. J. Gignoux, é que os *dossiers* que depomos hoje nas mãos dos poderes públicos constituem um manual completo de acção colonial válido para os próximos anos. Na imensa maioria dos casos, essas conclusões são o fruto dum acôrdo entre os coloniais e os metropolitanos reunidos na expressão manifestada pela primeira vez razoável, e proclamada com força pela consciência imperial..

Acôrdo entre coloniais e metropolitanos—Consciência imperial—Sem esta consciência impossível realizar-se nenhum acôrdo.

Que me seja permitido lembrar aqui, que se esta consciência é hoje resplandecente, a França deve agradecer-lo aos escritores coloniais. Não é à série de agitações políticas, é graças ao apostolado de Pierre Mille, de Marius Ary Leblond, e dos confrades unidos em volta da Presidência e do secretário geral dos escritores coloniais, que a França pode orgulhar-se da sua consciência imperial de hoje.

Esta consciência, abriu os olhos de muitos cegos e

nós encontramos nos discursos dos Srs. Albert Sarraut—grande colonial—e Louis Rollin—grande homem de Estado!—esta tendência—emfim!—dum pragmatismo que será fecundo sem deixar de ser fraternal.

M. Albert Sarraut, que foi governador geral da Indochina, embaixador de França na Turquia, e o Ministro das Colónias que soube conservar durante muito tempo a sua pasta, precisou com felicidade o fito desejado pela conferência "reunir na França e fora da França todos os grupos da grande família francesa para um impulso de salvação comum..

O grande Conselho Económico do Império

"Criamos, declarou M. Louis Rollin, Ministro das Colónias, o grande Conselho Económico do Império: é necessário, em meu entender, que se mantenham periodicamente as suas reuniões. Os ministros passam—acrescentou com filosofia—e é quasi por milagre que aquele que abriu vossos trabalhos, seja também aquele que os encerra. A esta instabilidade precária do poder, aliás bem nefasta para o país e para o regime, eu desejo que ao menos uma grande Instituição como a Conferência Imperial, oponha a sua duração e a sua permanência..

Quanto à nova definição que propomos das palavras *civilizar* e *civilização*, Mr. Rollin fornece sem rodeios as suas razões.

"Perdemos sob os antigos mercados milhões de clientes—precisamos de encontrá-los nos sessenta milhões de habitantes do nosso imenso Império—É preciso—e foi esse o fim da Conferência, realizar a unidade económica da França total; e ao mesmo tempo, fortificar-mos a sua Unidade Moral..

Assim é que se falou! e é assim e por isso que volta-mos a Pascal.

Realizemos a Unidade Económica. A Unidade Moral seguirá por si própria.

Não vejo o que é que os espíritos escrupulosos terão que dizer perante tal franqueza. Temos sido ludibriados por eles durante largo tempo e com excessiva boa vontade. Por isso, descendo das altas especulações pascalianas ou académicas, podemos afirmar com tranquilidade que é prudente, normal e louvável comprar as bananas na Guiné e de vender lá o nosso açúcar; os nossos amendoins no Senegal em troca dos nossos tecidos—emfim, para os problemas mais complicados e para facilitar a existência—embora seja à custa de sacrifícios metropolitanos—aos vinicultores da Algéria, e aos agricultores marroquinos, antes de nos importar seja com que *tôr e de quem tôr*.

Quando toda uma família se reúne na casa natal é bem raro que cada um não sofra algum apuro ou constrangimento, ou não perca um pouco das suas comodidades.

Não faz mal; o importante bem resumido, é, estarem todos reunidos e entenderem-se todos afectuosamente.

É o que se fará, esperemo-lo, no Grande Conselho Económico do Império.

PIERRE BONARDI.

ESTE NÚMERO FOI VISADO

PELA COMISSÃO DE CENSURA

PORTUGAL COLONIAL

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A Alemanha e as Colónias

NO jornal belga *Libre Belgique*, sempre bem informado acêrca de certos aspectos da política alemã, lê-se o seguinte trecho:

«—É exacto, disse-me a personalidade política cujas idéas, estou a referir, que o regresso da Alemanha a Genebra está subordinado à questão colonial. O que pedimos, para começar, não é um mandato colonial, mas pura e simplesmente uma afirmação de princípios, que nos reconheça o direito e a competência para administrar uma colónia. Contestaram-nos essa competência. A Comissão dos mandatos, para pôr as cousas no seu lugar, deve-nos um certificado de reabilitação.

Qual será a colónia sôbre a qual, mais tarde, reclamaremos um mandato? Talvez Portugal nos ceda, em concessão a parte sul de Angola por 99 anos; seria preciso ligar a esta região uma parte da antiga colónia alemã do sudoeste africano. Saberemos provar que somos tão bons colonizadores como aqueles que nos denigrem».

É claro que não se sabe quem seja a personalidade política entrevistada pela *Libre Belgique*—mas o facto de se trotar duma personalidade política (?) empresta a estas afirmações um alcance especial.

De resto, não é segredo que as chancelarias não tenham deixado passar, os propósitos da Alemanha perante a questão colonial. São nítidos. Tão nítidos como os seus propósitos

políticos e militares de há um ano, hoje em via franca de realisação.

Mas sejam quais forem êsses propósitos, seja qual for a ância que tem a Alemanha em demonstrar a sua competência colonizadora—demonstração que ficou por fazer enquanto teve colónias—nem propósitos, nem âncias se poderão fixar em qualquer parcela do território português... mesmo sob a forma de concessão por 99 anos.

As colónias portuguesas são portuguesas há cinco séculos e continuarão a sê-lo. Não se ganharam em intrigas diplomáticas nem se perderão em combinações de chancelarias.

E como são estes os nossos propósitos, não há fórmulas, menos nacionalizadoras do território, como essa do arrendamento por 99 anos, que possam ser aceites por Portugal.

Quem as pretender impôr tem que pensar que já não somos a nação desmoralizada e enfraquecida do século passado e que na via de ressurgimento em que caminhamos há uma vontade, um orgulho e uma tórça portuguesas, que não querem!

E como nenhum português o quer e está disposto a tudo para fazer cumprir a sua vontade, nem a expoliação seria fácil, nem admitimos sôbre o assunto qualquer espécie de discussão.

Porque numa discussão o melhor argumento e o que mais se impõe é êste: Não será, porque não queremos.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Na Pontinha, ilha de S. Vicente de Cabo Verde, está-se procedendo à montagem duma oficina naval por conta do Estado com o seu plano inclinado, estando a ser nela, instaladas várias máquinas, motores, estufas, etc.

• O governo de Cabo Verde propõe que os administradores interinos continuem nos respectivos lugares até à organização do quadro administrativo da colónia.

• A Camara Municipal de S. Vicente enviou ao sr. Ministro das Colónias um extenso telegrama pedindo em seu nome e no do povo da ilha de Santo Antão que não seja extinta a comarca daquela ilha pelos prejuízos que isso acarreta ao povo da mesma ilha, que possui uma população superior a 30 mil habitantes, distribuídos por 7 freguesias.

Guiné

O pessoal missionário na colónia da Guiné foi fixado em oito missionários, nove auxiliares europeus e um auxiliar africano. Para as missões centrais de Bolama e Bula foram fixados no orçamento recentemente aprovado, respectivamente, 6.000.000 e 60.000\$00. Para as missões sucursais de Bissau, Gebac, Cacheu, 6.000\$00 a cada uma. A dotação global foi atribuída em 47.725\$00.

S. Tomé e Príncipe

A publicação da estatística aduaneira de S. Tomé e Príncipe relativa aos anos de 1933 a 1935 vai ser feita e custeada pela Agência Geral das Colónias.

Angola

A casa alemã "Kronheimer, Limitada," propõe-se construir a fábrica de farinha de peixe em Pôrto Alexandre que o governo da colónia de Angola ali pretende instalar fábrica que terá a capacidade de transformação diária de 48 toneladas de peixe, devendo o seu custo ser pago em 2 prestações.

• Vão ser publicados os seguintes decretos: Autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito especial de 2.000.000 angolares, destinado às despesas da delegação de Angola à conferência económica do Império Colonial.

Autorizando o abono de 2 meses de vencimentos aos professores provisórios dos liceus de Angola.

Prorrogando por mais 6 meses o prazo fixado pelo decreto n.º 24.481 de 11 de Setembro de 1934 que mandou vedar a pesquisa dos jazigos minerais na região de Cassinga, em Angola.

Autorizando o governador geral de Angola a abrir um crédito de angolares 971.250.000 destinado ao pagamento à Companhia de Caminhos de Ferro de Benguela reforçando algumas verbas dos orçamentos das colónias de Moçambique e Angola dos actuais anos económicos.

• O 1.º tenente engenheiro hidrógrafo sr. Manuel Afonso Dias, apresentou no Ministério das Colónias, um trabalho sobre a possibilidade do levantamento hidrográfico da costa de Angola e seus portos.

• Pelo Ministério das Colónias vai ser publicado um decreto atribuindo personalidade jurídica ao conselho de câmbios de Angola.

• Foi solicitado ao Ministro das Colónias autorização para serem introduzidas algumas alterações nos estatutos da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, assunto que está sendo estudado pelas estações competentes.

• Vão ser reorganizados os serviços de farolagem de Angola.

• O sr. Governador Geral de Angola seguiu para Malange em visita oficial, com demora de 3 dias, e tenciona visitar outros distritos do Sul e Norte da província.

• Vão ser reorganizados os serviços de fazenda de Angola.

• As análises ultimamente feitas nas minas do Bembe deram 40 % de cobre e 4,8 % de ouro.

O governo de Angola com a aprovação do Governo central, está empenhado na efectiva exploração mineira daquela região e na construção do caminho de ferro que atravesse as regiões dos Dembos, Encoje até ao Bembe, ligando com a linha férrea de Luanda cujos estudos vão começar dentro em pouco.

• Vão ser remodeladas as actuais tabelas de contribuição industrial da colónia de Angola.

• Vai ser criada uma secção de estudos económicos junto da Repartição do Gabinete do Governo Geral de Angola.

• O governo de Angola comunica que todos os serviços referentes à água e luz passaram ao regime industrial.

• Segundo comunicação recebida de Angola em várias regiões da colónia estão muito boas as culturas do algodão e do milho, apresentando excelente aspecto, mas os agricultores receiam que elas se percam devido à praga dos terríveis acrídeos, tendo sido ordenado que sigam para esses pontos brigadas de combate com o material necessário para a sua destruição; os prejuízos por eles causados elevam-se a 25.000 contos.

• Deve ser publicado um diploma aprovando o novo regulamento do pessoal dos Caminhos de Ferro da Colónia de Angola.

• Foi concedido definitivamente à Companhia de Diamantes de Angola, com sede em Lisboa, o aproveitamento industrial das águas dos ribeiros Icongula e N'zargi afluentes do rio Luembe, da bacia do Cassai, pela transformação em energia eléctrica, da energia mecânica gerada por uma queda situada na circunscrição civil de Chitato, província de Malange, colónia de Angola.

• A projectada construção do Pôrto de Luanda é provável que venha a iniciar-se nos princípios do 2.º semestre do corrente ano. O projecto e respectivo orçamento já foram aprovados estando-se em negociações de ordem financeira para se levar a efeito o importantíssimo melhoramento, o pôrto será apetrechado com os mais modernos maquinismos.

• Para proteger a mão de obra nacional e evitar o desemprego, foi ordenado que todo o pessoal empregado na carga e descarga aos navios que freqüentam os portos de Angola seja português.

Moçambique

O Governo de Moçambique enviou para a Metrópole 2,581,027\$40 relativos à última prestação do empréstimo feito àquela colónia devidamente autorizado pelo decreto n.º 22.267.

Vai também enviar 1.400 contos para pagamento dos seus encargos na metrópole.

• Ultimamente têm sido indeferidos todos os pedidos de concessão de terreno na colónia de Moçambique.

• Está sendo elaborado o recenseamento da população não indígena de Moçambique. Servirá de base para a elaboração dos boletins de fogos e de família.

• A pedido do Ministério das Colónias, o governo de Moçambique, vai enviar àquele Ministério um relatório sobre a invasão dos gafanhotos naquela colónia, método adaptado na campanha para a destruição desses acridios, prejuizos por eles causados à agricultura, contendo as despesas feitas e as calculadas para a sua completa destruição.

• Comissionado pelo Instituto Carnegie da América esteve em Moçambique um engenheiro a proceder aos estudos de magnetismo terrestre, estudos que procedeu também na América do Sul, e Transvaal seguindo para o mesmo fim para as colónias inglesas a norte do Rovuma.

• Estão sendo estudadas devidamente pela estação superior do Ministério das Colónias as alterações a introduzir nas pautas aduaneiras de Moçambique.

Índia

Vai ser submetido à apreciação do sr. Ministro das Colónias o projecto do governo geral da Índia, relativo aos pagamentos de transportes por conta do Estado dos funcionários civis ou militares que se desloquem por motivo de licenças da junta de saúde, para localidades indicadas no respectivo parecer, visto esse projecto trazer aumento de despesa.

Macau

O governador de Macau propôs que aos funcionários do Estado, corpos e corporações administrativas da colónia, seja extensivo o regime de incompatibilidades estabelecido na Reforma Administrativa Ultramarina.

O mesmo governador propõe também o preenchimento das vagas no quadro dos serviços de marinha da mesma colónia.

• Em Macau o Governador tenciona levar a efeito grandes festejos em Outubro próximo, esperando atrair com essas festas elevado número de turistas. O mesmo Governador propôs, para solenizar o 25.º aniversário da proclamação da República, que seja feita uma emissão especial de selos postais com motivos locais, como seja a gruta Camões, Praia Grande, Porta do Cêrco, Farol da Guia, etc.

• Foram nomeados comissário da polícia e administrador do concelho de Macau, o capitão de artilharia sr. Alexandre dos Santos, e comandante da polícia o tenente de infantaria sr. Guedes Pinto.

Timor

Vão ser reorganizados os serviços de instrução pública em Timor.

• O governo de Timor enviou o orçamento para a montagem duma estação rádio-telegráfica em Dili.

Um romance de aventuras na Guiné

(Conclusão da pág. 6)

O inquérito provou a falsidade e as mentiras deste sômbrio personagem — sômbrio em todas as acepções da palavra.

«A viúva do aviador Gatté percorreu a Colónia, acompanhada por um sargento, que distribuiu aos indígenas bocados de tela de avião que mais tarde deviam ser apresenta-

dos como provenientes dos Felupes de território português; esta distribuição de «provas» foi feita por intermédio do cidadão negro que, como Madame Gatté, estava em relações com o jornalista metropolitano, descobridor dos mistérios coloniais.

«A sociedade «alemã» era portuguesa, e a Comissão pôde certificar-se de que a sua actividade nada tinha de romanesco... a menos que haja romance na colheita e tratamento do coconote.

«Além dos seus emolumentos de jornalista, o correspondente do quotidiano parisiense recebeu de Madame Gatté, a importância de 25.000 francos. Forneceu ao seu jornal, como fotografias oriundas da Guiné portuguesa, algumas vistas da A. O. F. que lhe tinham sido dadas, como recordação, por um funcionário francês, que apareceu a protestar contra o uso que delas se fazia.

«Foram incomodados dois governadores gerais e tiveram, diversos oficiais, que proceder a um longo e custoso inquérito, à custa do Estado, por causa da maquinação sórdida em que intervieram alguns cavalheiros de indústria de côres variadas.

«Esperamos vir a saber que sanções serão tomadas — e não esperamos decerto saber, por maior que seja o nosso desejo o que terá pensado o director de certo poderoso quotidiano parisiense, sobre as vantagens e inconvenientes de expedir às colónias repórteres *sensacionais*.

«Talvez se tenha lembrado que existe nas Colónias e na Metrópole uma Imprensa Colonial e que estes seus confrades, se não são *sensacionais* são probos e estão ao corrente dos assuntos que tratam.»

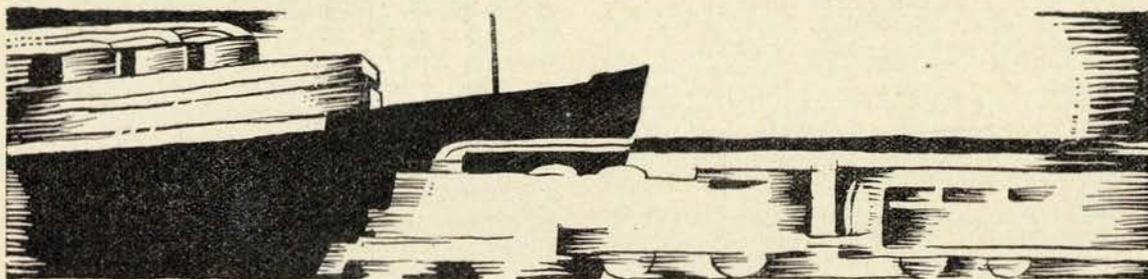
E assim terminou — por agora — o movimentado folhetim que um grande jornal de Paris, pouco escrupuloso nos seus processos, tinha imaginado para volúptia dos seus leitores ánciosos por emoções fortes.

É claro que do folhetim havia de resultar a indemnizaçãozinha pedida ao governo português a favor de Madame Gatté, manobra muito francesa — mas que desta vez falhou com a perda dos capitais comprometidos no negócio.

Falta de espaço

Por falta de espaço temos que retirar algum original, do que pedimos desculpa aos nossos colaboradores.

Será publicado no próximo número.



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

| DESIGNAÇÃO | 1914 | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | | 1935 | | |
|-----------------------|-------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------|---------|-----------|-------|
| | Julho | Índice-médio | Índice-médio | Índice-médio | Índice-médio | Março | Janeiro | Fevereiro | Março |
| LISBOA (cidade) | 100 | 1.302 | 1.635 | 1.304 | 1.303 | 1.462 | 1.292 | 1.293 | 1.526 |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

| Géneros | Unidade | Cotações em (a) | |
|---|-------------|-----------------------|---------------------|
| | | 1929 15 de Janeiro | 1935 15 de Março |
| Cacau fino | 15 quilogr. | 77\$00 | 40\$50 |
| Cacau paiol | » | 62\$00 | (e) — |
| Cacau escolha | » | 36\$00 | — |
| Café de S. Tomé, fino | » | (b) 210\$00 | 120\$00 |
| Café de Novo Redondo | » | 124\$00 | 55\$00 |
| Café de Ambriz | » | 123\$00 | 57\$50 |
| Café de Encoje | » | 116\$00 | (e) — |
| Café do Cazengo (de 2. ^a) | » | 120\$00 | 60\$00 |
| Coconote | » | 33\$00 | 15\$00 |
| Copra | » | 42\$00 | 17\$00 |
| Óleo de palma | » | 45\$00 | (d) 30\$00 |
| Rícino | » | 27\$00 | 15\$00 |
| Gergelim | » | 34\$00 | (d) 18\$00 |
| Algodão | Quilog. | 10\$00 | (e) — |
| Cera | » | 16\$00 | (e) — |
| Cola | » | 6\$00 | 1\$50 |
| Açúcar, rama | » | (c) 1\$70 | (e) — |
| Milho | » | \$94 | \$74 |
| Coiros | » | 15\$00 | 5\$25 |

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 28 de Fevereiro de 1935

(Valores em escudos)

| BANCOS | ACTIVO | | | | PASSIVO | |
|----------------------------------|----------------------|-----------------------------|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| | CAIXA | | Letras descontadas sobre o País e transferências | Letras a receber | Depósitos à ordem | Depósitos a prazo |
| | Dinheiro em cofre | Depósitos noutros bancos | | | | |
| Banco de Angola (Sede) | 224.347 | 22.523.599 | — | — | 10.704.251 | 2.343.663 |
| Banco N. Ultramarino (Sede) | 12.712.390 | 8.104.153 | 175.990.580 | 94.455.375 | 152.892.681 | 126.760.325 |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Fevereiro de 1935

| MERCADORIAS | QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS | | VALOR EM ESCUDOS | |
|---------------------------------|----------------------------|------------------|----------------------|----------------------|
| | 1935 | 1935 | 1935 | 1935 |
| | Março | Janeiro a Março | Março | Janeiro a Março |
| Reexportação : | | | | |
| Cacau | 906.497 | 2.210.340 | 2.158.364\$00 | 5.154.582\$00 |
| Café | 301.912 | 527.978 | 1.059.990\$00 | 1.817.235\$00 |
| Cera | 40.867 | 134.521 | 372.108\$00 | 1.206.643\$00 |
| Outras mercadorias | 468.189 | 1.004.278 | 722.210\$00 | 1.460.973\$00 |
| Total | <u>1.717.465</u> | <u>3.877.117</u> | <u>4.312.672\$00</u> | <u>9.639.433\$00</u> |
| Trânsito internacional : | | | | |
| Cacau | 16.650 | 16.650 | 40.000\$00 | 40.000\$00 |
| Café | 122.980 | 1.533.632 | 448.100\$00 | 5.591.520\$00 |
| Cera | 10.355 | 27.759 | 94.900\$00 | 215.700\$00 |
| Óleos de palma e côco | — | 15.388 | — | 12.460\$00 |
| Outras mercadorias | 590.298 | 1.371.417 | 638.800\$00 | 1.544.190\$00 |
| Total | <u>740.283</u> | <u>2.964.846</u> | <u>1.221.800\$00</u> | <u>7.403.870\$00</u> |

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas em Janeiro a Março de 1935

| MERCADORIAS | Angola | Cabo Verde | Guiné | Moçambique | S. Tomé e Príncipe | India, Macau e Timor |
|---|-----------|------------|-----------|------------|--------------------|----------------------|
| Importadas das Colónias : | | | | | | |
| Arroz | 51.475 | — | 257.631 | — | — | — |
| Açúcar | 5.882.412 | — | — | 7.617.629 | — | — |
| Café | 1.016.161 | 14.306 | — | 216 | 32.494 | 18.453 |
| Trigo em grão | — | — | — | — | — | — |
| Peles em bruto | 136.044 | — | 35.038 | 39.443 | — | — |
| Algodão em caroço, rama ou cardado | 449.190 | — | — | 644.485 | — | — |
| Sementes oleaginosas | 1.346.611 | 637.043 | 2.910.392 | 253.612 | 983.105 | — |
| Milho | — | — | — | — | — | — |
| Exportadas para as Colónias : | | | | | | |
| Vinhos do Pôrto (decalitros) | 1.850 | 46 | 63 | 2.073 | 142 | 688 |
| » da Madeira (decalitros) | — | — | — | — | — | — |
| » comuns tintos (decalitros) | 39.590 | 1.024 | 2.917 | 68.900 | 1.474 | 577 |
| » » brancos (decalitros) | 158.958 | 4.855 | 14.771 | 117.659 | 10.396 | 8.400 |
| » licorosos (decalitros) | 1.544 | 222 | 76 | 548 | — | 3.452 |
| Conservas de vegetais | 26.694 | 1.187 | 2.866 | 41.590 | 2.878 | 2.483 |
| Sardinhas em salmoura | 742 | — | — | — | 68 | — |
| Conservas de sardinha | 6.182 | 349 | 1.219 | 41.162 | 2.383 | 1.068 |
| Conservas de peixe não especificado | 1.021 | — | — | 7.706 | — | — |
| Cortiça em rolhas | 102 | 28 | — | 308 | 5 | — |

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

| 1934 | | Vencimento de juros ou dividendo | Último juro ou dividendo pago | | VALORES | OFERTAS | | | |
|---------|---------|----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|--|----------------|---------|---------------|---------|
| Máximo | Mínimo | | Data | Quantia | | 13 de Dezembro | | 15 de Janeiro | |
| | | | | | | C. | V. | C. | V. |
| 85\$00 | 83\$00 | 4-7-1934 | 1933 | L. 4\$00 | Agrícola das Neves | 79\$00 | 82\$00 | 85\$00 | 87\$00 |
| — | 80\$00 | 27-11-1933 | 1932 | L. 3\$00 | Agricultura Colonial (Soc) | 77\$00 | 79\$00 | 81\$00 | — |
| 395\$50 | 375\$00 | 17-3-1934 | 1933 | L. 15\$00 | Açúcar de Angola | 395\$00 | 398\$00 | 384\$00 | 390\$00 |
| — | 32\$00 | 15-7-1929 | 1928 | £ 0-3-2 ² / ₅ | Boror | 31\$00 | 35\$00 | 30\$00 | 35\$00 |
| — | — | — | 1927 | — | Cabinda | — | — | 10\$00 | 12\$00 |
| 35\$50 | 35\$00 | 11-7-1929 | 1928 | £ 0-0-0,6 | Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. | 38\$00 | 39\$50 | 35\$40 | 37\$00 |
| — | — | 11-7-1929 | — | £ 0-0-0,6 | Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em. | — | — | 33\$00 | — |
| — | — | 1-4-1929 | 1927 | L. 10\$00 | Colonial de Navegação | — | — | — | — |
| 145\$00 | 131\$00 | 1-5-1934 | 1933 | L. 5\$00 | Ilha do Príncipe | 132\$00 | 134\$00 | 143\$00 | 144\$50 |
| 11\$60 | 9\$60 | 2-6-1930 | 1928-29 | L. \$99 | Zambézia—t. 25 | 9\$00 | 9\$30 | 11\$50 | 11\$80 |



“Portugal Colonial,” SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NO INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,” ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO RÁVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

NÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

TODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSAÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

NÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

SE QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCRVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

TUDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

SE PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

PARA A EXPANSÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,” O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPCÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

TODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6\$00 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA “PORTUGAL COLONIAL,” — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4255 — TELEGRAMAS “MINERVA.”

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO



**Assuntos económicos — comerciais
agrícolas — industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**



**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**



CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

| | |
|----------------|--------|
| Avulso | 3\$00 |
| Semestre | 18\$00 |
| Ano | 36\$00 |

Colónias Portuguesas e Brasil:

| | |
|----------------|--------|
| Avulso | 4\$50 |
| Semestre | 25\$00 |
| Ano | 50\$00 |

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00